

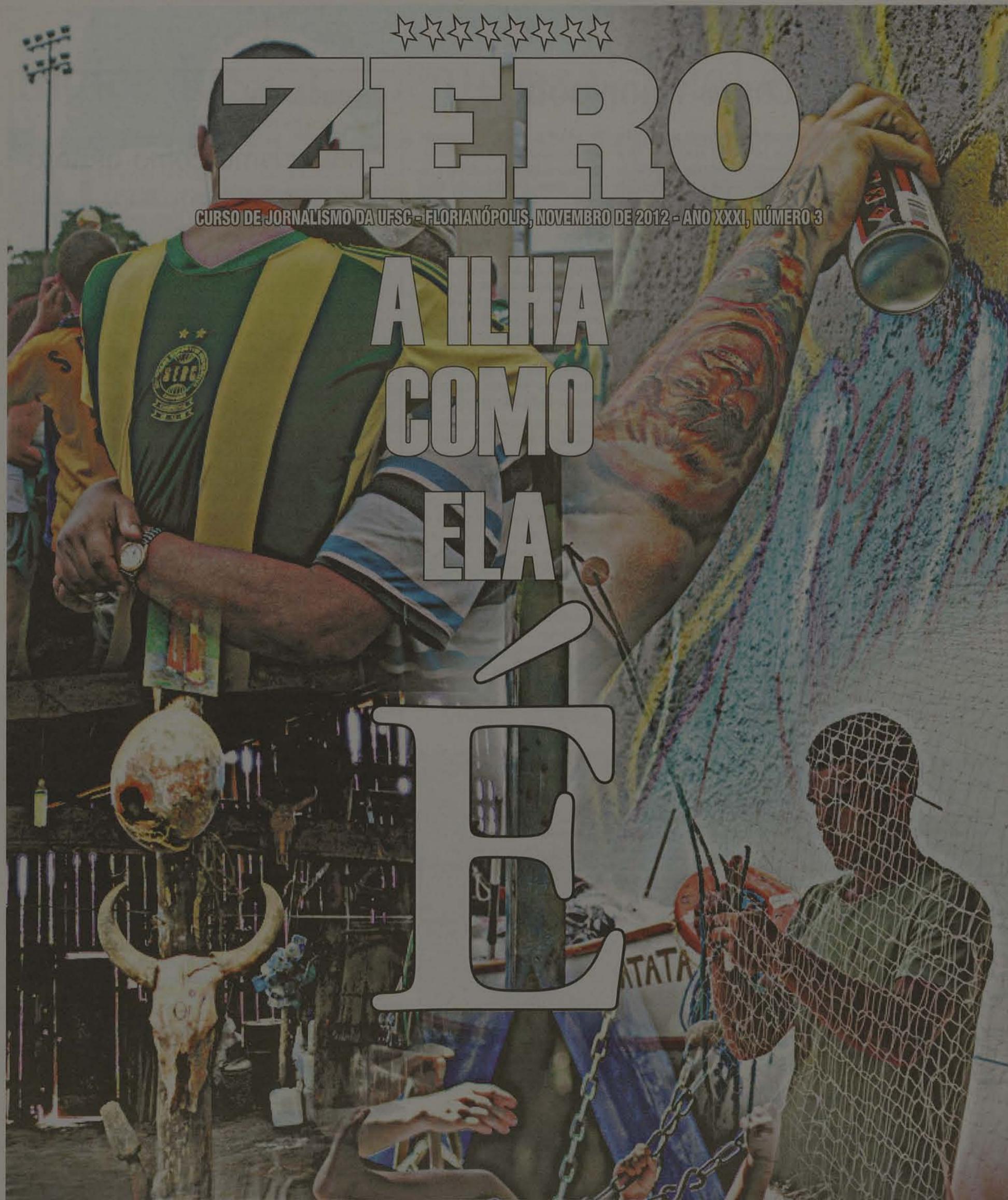


ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2012 - ANO XXXI, NÚMERO 3

A ILHA COMO ELA

E



OXIGÊNIO

Fazendinha do Ribeirão

Antigas comunidades no Sul da Ilha mantêm tradição local de produção artesanal de farinha e cachaça, preservando as raízes açorianas

PÁGINAS 8/9

A cidade pintada na mídia como dourada e branca não reflete todas as cores que Floripa tem

ZERO ENTREVISTA

Cesar Souza Júnior

Prefeiro eleito fala com exclusividade ao **Zero** sobre suas metas para o transporte, saúde e o novo Plano Diretor da Capital

PÁGINA 4/5

O dia-a-dia como valor-notícia

Florianópolis vive, há muito tempo, da imagem de capital tranquila, segura e bela, onde o conforto da vida moderna chegou sem as mazelas das grandes metrópoles. É inegável que a imprensa e os demais ramos da indústria de bens culturais contribuíram significativamente para a construção dessa imagem. São vários os fatores que tornam os veículos de comunicação cúmplices na disseminação do senso comum e de ideias preconcebidas a respeito da realidade da sociedade em que estão inseridos.

Os interesses econômicos e políticos dos proprietários dos veículos de comunicação geralmente entram em conflito com fatos que ameaçam a estabilidade econômica e social. O baixo investimento em estrutura e em profissionais qualificados e experientes reduz as chances de um jornalismo investigativo e fiscalizador. As redações, cada vez mais enxutas, forçam os jornalistas a acumular funções e tarefas, o que desestimula a busca de uma cobertura aprofundada dos acontecimentos.

O *Zero*, nesta edição, se propôs a não repetir o discurso hegemônico da mídia tradicional. A provocação foi a reportagem de *O Globo* apontando Florianópolis como a capital Classe A, que só não é perfeita porque

faltam marinas para o povo guardar suas lanchas. O gancho da reportagem foi uma pesquisa revelando, entre outros dados, que o município tem a maior proporção de barcos de passeio em relação à população. O valor-notícia curiosidade superou todos os outros critérios que poderiam vir à tona se fosse feita a conexão entre os dados com outras estatísticas e, principalmente, com uma boa apuração de campo. O resultado foi uma

O *Zero*, nesta edição, se propôs a não repetir o discurso da mídia tradicional

reportagem que reflete a realidade de uma minoria como se fosse o quadro dominante da capital catarinense.

Quando o maior jornal do estado, o *Diário Catarinense*, reproduziu a mesma reportagem, a repercussão nas redes sociais foi imediata e logo a web disseminava outra visão da realidade, mais próxima do dia a dia de moradores e visitantes de Florianópolis. Esse movimento inverteu os critérios

de notícia: para o público, o que deveria ser manchete era o seu cotidiano e não a ruptura dessa rotina, a exceção. Passou a ser um compromisso nosso mostrar um pouco do outro lado da capital catarinense.

Uma das razões de ser de um jornal laboratório é ousar fazer experiências. E o *Zero* decidiu experimentar ao transformar o cotidiano em notícia. A grande ruptura da normalidade, nesse caso, é levar às páginas de um jornal o que a cidade vive, mas nunca vê publicada nos veículos que deveriam abrir espaço para o debate dos problemas e alegrias que compõem o dia a dia do leitor.

É preciso registrar que, na semana de fechamento desta edição, Florianópolis e outros 15 municípios catarinenses viveram momentos de violência e insegurança pública sem precedentes na história recente. Às vezes, os fatos que não ocupam o devido lugar nas páginas dos jornais, vêm à luz de qualquer maneira, independentemente dos donos da mídia. A força do crime organizado e a apatia do Estado podem ter surpreendido o público que pensava estar bem informado, mas não eram novidade para as fontes e os donos das notícias.

OMBUDSMAN

BERNARDO KUCINSKI

Denuncismo como gênero

Duas contendas nas eleições para direção dos centros de ensino foram superadas pela rápida intervenção da reitoria. No Centro de Ciências Jurídicas, houve impugnação contra o prazo de apenas quatro dias úteis para inscrição das chapas. Prolongado o prazo, foram homologadas duas chapas, vencendo a encabeçada pelo Professor Luiz Carlos Cancellor, com 74% dos votos. Na eleição para a direção do HU, além do prazo curto, o Diretório Central de Estudantes contestou a participação de funcionários da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão por serem, a rigor, terceirizados. Excluídos esses funcionários e prolongado o prazo, concorreram duas chapas, vencendo a liderada por Carlos Alberto Justo da Silva (Paraná). Das 11 unidades do campus, nove ainda estavam em processo eleitoral no fechamento desta edição.

Escrevi o parágrafo que vocês acabaram de ler a partir da complicada reportagem da página 3 do *Zero* anterior [edição de outubro]. Em português macarrônico, desde o título até a última frase, citando o fato gerador apenas lá pela trigésima linha, a reportagem do *Zero* faz tempestade em copo d'água, gasta uma página inteira para contar uma história que eu consegui sintetizar em poucas linhas sem perda de informações essenciais e – o que é pior – permite uma leitura que faz da reitoria a vilã de um episódio onde, pelas informações da própria matéria, ela agiu de modo a aprimorar o processo eleitoral.

Se a minha leitura está correta, temos um exemplo do denunciismo como gênero. Entre suas características está a de não ouvir o “denunciado”, no caso a “interventora” Roselane Neckel, reitora desta Universidade, a de destacar trechos de documentos rotineiros como se fossem provas de um crime, e a de insinuar má fé. A matéria faz tudo isso. E mais: a sucessão de títulos da última edição do *Zero*, me faz temer que a cultura do denunciismo já esteja se insinuando no espírito do jornal: quase todos puxam para a ideia de denúncia.

A matéria sobre a adesão do HU ao novo sistema de gerenciamento proposto pelo governo federal joga uma fala contra a outra, deixando o leitor mais angustiado do que esclarecido. Isso também não é bom. Gerenciamento de hospitais é hoje atividade extremamente complexa. É reconhecido o problema da paralisia dos serviços públicos por terem que recorrer a concursos públicos e licitações para qualquer contratação ou compra, sempre sujeitos a liminares na justiça pelos perdedores. As políticas públicas para a saúde do governo federal tem se pautado pelos princípios do SUS e não há razão para suspeitar que esta proposta seja uma privatização disfarçada – fio condutor de reportagem.

É falacioso o argumento da Edileuza Fortuna, articuladora da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, de que a proposta contém “irregularidades” entre elas a não contratação por concurso e compras sem licitação pública. Ora, esse é o próprio objetivo da proposta e não uma irregularidade. A própria reportagem revela que 60 leitos do HU estão desativados por falta de pessoal. Descobri (isso a reportagem não diz) que é um em cada quatro. Um escândalo. Pergunto: há quanto tempo desativados? A matéria deveria ter se concentrado em duas questões substantivas: o contrato cria “duas portas” ou não cria? O contrato dá em tese maior eficiência ao HU ou não dá? Uma explicação melhor de como funciona o Hospital das Clínicas de Porto Alegre poderia ter esclarecido isso. Pauta: mandar um repórter do *Zero* a Porto Alegre. A Reitoria e o HU agradecem.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Parabéns ao Jornal Zero da UFSC. As matérias pautadas são temas de relevância para a comunidade universitária, porém faz-se necessário que os alunos redatores ultrapassem os limites da simples exposição de dois lados da questão e aprofundem sua análise político social se pretendem contribuir efetivamente para transformação da sociedade em que vivemos. Uma visão mais pluralista e contextualizada socialmente sairá dos domínios da mídia globalizada que aqui no estado já está estabelecida pela edição medíocre do jornal Diário Catarinense.

Thais Helena Lippel - Florianópolis

Amigos, vale a pena. Trabalho consistente, esclarecedor e inteligente. Sem mais delongas, saboreiem a nova cria dos alunos do curso de jornalismo da UFSC

Joaquim Toscano Neto - Belém, PA

Pisamos na bola...

Na edição de outubro, publicamos, na página 12, duas fotos na matéria “Institutos federais contam com núcleo especializado”, em referência ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. As fotos são, na verdade, do Ambiente de Acessibilidade Informacional da Biblioteca Universitária.

Nas páginas 8 e 9, na matéria “Indefinição ameaça reserva do Pirajubá”, o gerente da vigilância sanitária municipal é identificado como Alvimar Santos. O nome correto é Alvimar Silva.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXI - Nº 3 - Novembro de 2012 **REPORTAGEM** Gabriele Duarte, Giovanna Chinellato, Giovanni Bello, Helena Stürmer, Jennifer Hartmann, Jéssica Melo, Joana Zanotto, Laura Vaz, Leonardo Lima, Lucas Inácio, Luisa Nucada, Mariana Rosa, Patrícia Krieger, Rafael Canoba, Sâmia Fiates, Stefany Alves, Thaine Machado **EDITORES** Ana Carolina Paci, Francisco Dantas, Victor Acosta e Victor Hugo Bittencourt **DIAGRAMAÇÃO** Leonardo Lima, Lucas Inácio, Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **FOTOGRAFIA** Giovanna Chinellato, Giovanni Bello, Helena Stürmer, Jennifer Hartmann, Lucas Inácio, Stefany Alves, Victor Hugo Bittencourt **CAPA** Giovanni Bello, Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **INFOGRAFIA** Jennifer Hartmann e Giovanna Chinellato **PROFESSOR RESPONSÁVEL** Samuel Lima MTb/SC 00383 e Ângelo Augusto Ribeiro: 6504/27/26vRS **MONITORIA** Tulio Kruse e Vinicius Schmidt **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 22 de novembro

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Índice de saneamento na Capital é ficção

Casan estima que metade dos imóveis apresentam alguma irregularidade em Florianópolis

Os dados oficiais indicam que Florianópolis está entre as 100 cidades brasileiras com melhor atendimento de saneamento básico. A pesquisa foi realizada em julho pelo Instituto Trata Brasil (ITB), que avalia os índices de população atendida com água tratada e coleta de esgoto, que correspondem respectivamente a 98 e 55%. Mas apesar do índice considerado alto, o sistema de saneamento na Capital está comprometido por irregularidades que atingem tanto as redes de coleta quanto as estações de tratamento de esgoto. A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) estima que em cada bairro atendido, cerca de 50% dos imóveis apresentem algum tipo de irregularidade. No estado, somente 12% da população têm esses serviços à disposição.

Uma vistoria realizada pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) entre os dias 26 e 29 de março nas nove estações de tratamento de esgoto da Grande Florianópolis encontrou problemas estruturais, administrativos, operacionais e de atendimento à legislação ambiental, resultando em um total de 15 autuações. Elas serão atendidas por um termo de ajustamento de conduta que está sendo redigido pela Fatma e pela Casan, com supervisão da 28ª Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual. A Promotoria recusou a primeira proposta do termo e outra versão deve ser apresentada no dia 22 de novembro.

O presidente da Fatma Murilo Flores esclarece que a escolha de redigir um termo de ajustamento ao invés de penalizar a Casan, responsável pela administração da rede, se deve aos tipos de infrações cometidas. "Nestes

casos é mais importante discutir a solução para o problema do que simplesmente multar."

Entre as principais irregularidades apontadas pela vistoria estão a qualidade da água que sai de quatro das nove estações de tratamento e está fora dos padrões legais, a contaminação do solo por vazamento, falta de manutenção dos equipamentos e licença ambiental de operação vencida desde 2010. "Há uma série de problemas, alguns graves, outros nem tanto. Do jeito que está não dá pra ficar", avalia Flores, para quem as irregularidades não têm impacto significativo na contaminação de praias e rios da cidade. "Se as estações funcionassem plenamente, contribuiria para melhorar a balneabilidade. Mas ainda temos muitas ligações de esgoto clandestinas, a ocupação desordenada é a maior responsável pela poluição", conclui.



Qualidade da água foi um dos fatores avaliados na vistoria

Multa de R\$12 milhões

As ligações de esgoto clandestinas preocupam a Secretaria Municipal de Saúde, que constatou alta incidência de doenças relacionadas à poluição da água como hepatite A, dermatite e conjuntivite, principalmente no verão. Em carta à direção da Casan, o diretor da Vigilância Municipal em Saúde e o secretário de Saúde da prefeitura afirmaram que grande parte do esgoto que provoca as doenças vem das redes instaladas pela Casan antes que as estações de tratamento estejam prontas para funcionar. As contaminações seriam responsabilidade da companhia "ao permitir que os usuários efetuem ligações em uma rede inativa, que deve ser a última etapa de um sistema implantado", dizem as autoridades municipais.

No mesmo documento, afirma-se que as estações de tratamento de esgoto vem sendo autuadas pela Vigilância Sanitária desde 2007 e que um monitoramento realizado em 2011 demonstrou, a partir de análises realizadas pelo Laboratório Municipal de Florianópolis (Lamuf), que "a Casan não consegue manter um padrão de operação que garanta a qualidade na saída dos efluentes das estações de tratamento de esgoto, estando estes na imensa maioria das vezes em desacordo com parâmetros aceitáveis pela legislação sanitária e ambiental em

vigor". O estudo sobre este monitoramento foi entregue à presidência da Casan em janeiro de 2012, dois meses antes da vistoria realizada pela Fatma. No total, as penalidades impostas pelas autuações da Vigilância Sanitária Municipal contra a Casan são estimadas em R\$ 12 milhões, relativas a 69 processos que estão em fase final de julgamento.

O chefe do setor operacional de esgoto da Casan Oci Silva alega que no geral as estações de tratamento de esgoto operam bem e que em algumas situações isoladas a qualidade final do efluente saiu um pouco do parâmetro. Em relação às outras irregularidades, Silva afirma que os vazamentos indicados pela vistoria da Fatma já foram resolvidos e que as demais adequações serão realizadas após a definição do termo de ajustamento de conduta. Sobre a falta de licença ambiental para operação das estações, a diretoria da Casan afirmou, em carta ao Ministério Público, que solicitou diversas vezes desde 2010 a renovação da licença junto à Fatma, mas não recebeu retorno do órgão ambiental.

Mariana Rosa
mari.rosa.90@gmail.com

Órgãos oficiais fiscalizam 18 mil locais

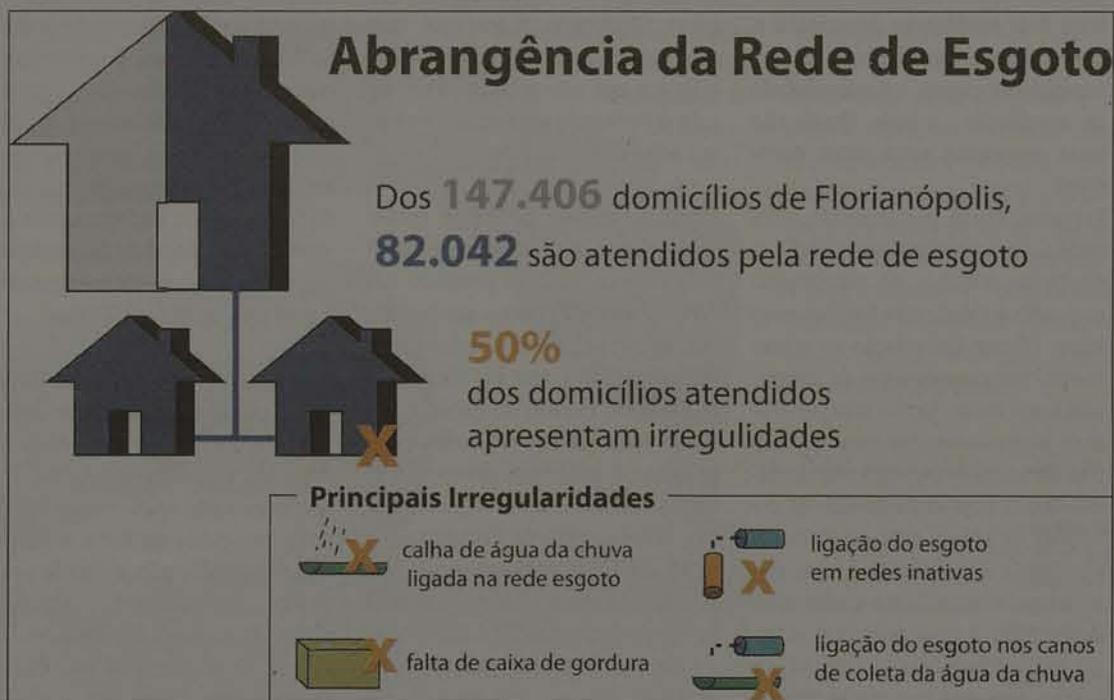
A Vigilância Sanitária Municipal firmou um convênio com a Casan para fiscalizar as ligações de esgoto de 18 mil construções das diferentes regiões de Florianópolis. Não há levantamento sobre a quantidade de casas que não estão ligadas à rede de esgoto nas áreas de abrangência da coleta. A estimativa é que em cada bairro atendido, cerca de 50% dos imóveis apresentem algum tipo de irregularidade.

Oci Silva avalia que entre as principais irregularidades estão a ausência de caixa de gordura e a coleta de água de chuva ligada na rede esgoto, o que sobrecarrega a rede. "A fiscalização é importante para garantir que seja feita a interligação correta com a rede", explica chefe do setor operacional de

esgoto da Casan.

Um dos motivos para que os moradores não façam a ligação com a rede é custo da obra. Em alguns bairros, como a Costeira do Pirajubaé, casas construídas abaixo do nível da rede coletora da Casan precisam de uma estrutura para bombear o esgoto, o que pode custar até R\$ 2 mil. Silva afirma que a Casan já estudou um projeto de financiamento dos equipamentos para os moradores que não puderem pagar este valor, mas atualmente não há nenhum programa em vigor. Ele ressalta que são poucos os casos nos quais o custo da ligação na rede pode chegar a este valor, e diz que na maioria dos casos os moradores não ligam por desleixo.

Parte do esgoto que provoca doenças vem das ligações clandestinas



Prefeito eleito da Capital expõe suas metas

Aprovar novo Plano Diretor em 2013 é uma das prioridades do futuro Chefe do Executivo

Duas semanas após vencer as eleições para a prefeitura de Florianópolis, um dia após voltar de viagem dos Estados Unidos, Cesar Souza Júnior recebeu os repórteres do *Zero* em seu escritório no Centro da Capital para uma rápida entrevista. Nas primeiras horas de uma semana cheia de compromissos e definições na sua equipe de transição, em cerca de meia hora de conversa, o prefeito eleito falou sobre seus planos imediatos. Dentre eles a intenção de reestruturar o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUE), aprovar um Plano Diretor e implantar a licitação do transporte coletivo ainda em 2013, além de elevar para 80% a cobertura das redes de esgoto na cidade durante o seu mandato.

Eleito com pouco mais de 117 mil votos, o homem que governará a cidade nos próximos quatro anos é formado em Direito pela Univali, foi deputado estadual por duas vezes consecutivas e secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina. Durante sua gestão, o novo prefeito, que toma posse em 1º de janeiro de 2013, tem o desafio de desenvolver políticas públicas que atendam à demanda de uma cidade com 1,7 mil lanchas e metade das suas residências sem acesso à rede de coleta de esgoto.

Como será a elaboração do novo Plano Diretor?

O primeiro passo vai ser o fortalecimento do IPUE. Nosso objetivo vai ser recuperar o espírito das audiências públicas já realizadas, formatar tecnicamente o projeto do Plano Diretor e depois juridicamente encaminhar o projeto à Câmara para que ele seja apreciado e votado ainda em 2013. Vamos colocar muita energia nisso. Vou precisar da parceria da Câmara, da sociedade. Mas não podemos esperar mais. Chega, a cidade já esperou muito pelo seu Plano Diretor. A gente precisa, dentro do espírito das audiências públicas já realizadas realmente formatar, recuperar esse espírito e até o final de 2013 votar o novo Plano Diretor.

Nas últimas semanas a Câmara Municipal votou projetos de mudança de zoneamento da cidade. A maioria dos projetos implica em mais construções em áreas que não têm a infraestrutura adequada. O saneamento na cidade enfrenta hoje dois problemas principais: a precariedade das estações de tratamento de esgoto e a necessidade de ampliação da rede. Quais são suas propostas para estas questões?

Primeiro, quero deixar muito clara minha contrariedade em relação a alterações pontuais no zoneamento enquanto a cidade não tem um novo Plano Diretor. Em relação ao saneamento, um compromisso de campanha nosso muito forte é: não permitir mais adensamento em áreas que não têm estrutura de esgotamento sanitário. Temos hoje cerca de 52% de cobertura da cidade com esgotamento sanitário e a nossa meta é levar esse índice para até 80% em quatro anos de mandato. A gente pode, sim, avançar muito nos próximos anos, já que é uma área que tem muito recurso

federal disponível. A cidade tem que cobrar da Casan, que é a prestadora do serviço, metas e prazos. Mas, além disso, também tem que recuperar aquela função que é da Prefeitura, que é a fiscalização.

Como pensa em administrar o conflito entre os “poderosos empresários da construção civil” e a população que sofre as consequências da degradação ambiental e da especulação do setor imobiliário na cidade?

Na eleição, já enfrentei esse assunto de maneira bastante firme. Quero dizer o seguinte: não vou promover aqui uma luta dos ricos contra os pobres. Não se trata disso. A cidade tem que ter lei, e ela tem que valer para todo mundo. O fato é que hoje, como a lei não é cumprida, às vezes quem tem mais condição financeira acaba conseguindo algumas coisas e quem é mais humilde fica anos esperando por um alvará de construção. A lei tem que ser cumprida, o Plano Diretor tem que ser respeitado, tem que haver fiscalização. E tem que ficar muito claro para todo mundo o que pode e o que não pode. A partir daí cabe à Prefeitura organizar e exercer seu papel de fiscalização.

Como o senhor pretende tratar quem mora em áreas irregulares?

Meu foco vai ser agir primeiro nas cerca de seis mil pessoas que moram em área de risco em Florianópolis. Primeiro vamos agir no risco. Tem muita gente vivendo em encosta, tem muita gente vivendo em área de alagamento. E para essas pessoas precisamos realmente reativar os programas habitacionais da Prefeitura que estão parados. Principalmente em relação às obras do PAC do Maciço do Morro da Cruz e também em relação à vila do Arvoredo, anteriormente conhecida como favela do Siri, e à



“No transporte coletivo a licitação deve estar dentro do espírito de região metropolitana”

Ponta do Leal, no continente. São questões bem objetivas, já há projetos no governo federal e a gente precisa buscar esses recursos para agir primeiro nas áreas de risco. E aquelas construções que tenham sido feitas em desconformidade com a legislação ou fraude à lei, a Prefeitura pode sim exercer o seu papel de fiscalização e até, nas que sejam muito agressivas, entrar com ações demolitórias.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) trabalha com um índice ideal de um médico para cada mil pessoas, mas Florianópolis tem um para cada quatro mil. Na última entrevista ao Zero, o senhor disse que colocaria a cidade nesse índice e até melhor. Como quadruplicar o número de médicos na cidade se o mercado não forma tantos profissionais por ano?

A primeira questão é trazer a classe médica de volta para junto da administração pública municipal, com diálogo. Como candidato, estive no sindicato. Logicamente que não vou poder atender a todas as demandas do dia para a noite, mas é importante que a gente tenha uma relação muito próxima. Porque quem atende às pessoas é o médico, não é o prédio. Não adianta ter prédio bonito. Não vou construir uma única obra nova na saúde enquanto a gente não tiver a normalização do número de médicos nos postos de saúde e dos médicos especialistas. Então, se a atual gestão teve um foco em obras, a minha vai ter o foco nas pessoas. De prédio a gente já está razoavelmente bem atendido em Florianópolis. Tem que ter o foco na valorização dos profissionais, não só do médico, e também ter a busca de recursos federais e esta-

duais, já que o orçamento da Prefeitura não dá conta de toda a demanda.

Durante a campanha, foi muito destacada a proposta de uma nova licitação do transporte coletivo. Como será feito isso?

Ao assumir, vamos criar a central de inteligência no trânsito. Meu foco é fortalecer essa área com técnicos. Criar o fundo municipal de trânsito, que vai ser oriundo de recursos de multas e verbas de estacionamento e de licenciamento de automóveis. Isso vai dar uma estrutura de gestão de trânsito que a cidade não tinha até agora. Na sequência, fazer a nova licitação e, ato contínuo, estruturar um novo projeto de mobilidade urbana e de transporte público encaminhando esses recursos via BNDES. Minha ideia é poder formatar esse projeto no primeiro ano de mandato e iniciar

as obras de faixa exclusiva a partir de 2014.

Os usuários do transporte coletivo reclamam a falta de conexão entre as linhas e a demora dos trajetos. Além da licitação, sua gestão vai considerar a possibilidade de alterações na logística do sistema?

Devo fazer uma reunião com os pre-

feitos eleitos da Grande Florianópolis justamente para tratar disso. Falta uma efetiva integração entre os municípios. Tem muita gente que pra ir de Forquilha para Serraria, dentro de São José, vem até Florianópolis. O primeiro passo é a gente integrar os prefeitos. No transporte coletivo a licitação tem que estar dentro do espírito de região metropolitana.

Como a prefeitura tratará a questão do transporte marítimo?

Não adianta fazer de uma maneira desconectada, colocar uma barcaça para atravessar as pessoas de um lado para o outro. Transporte marítimo é importante, mas precisa estar integrado ao transporte coletivo dos outros municípios. Para ser barato, todo esse movimento precisará de subsídios. Tem que ser algo bem pensado

e interligado ao transporte coletivo de ônibus. Só faz sentido se esse transporte for metropolitano, já que 54% dos usuários do TICEN são oriundos dos demais municípios da Grande Florianópolis.

Sobre a questão dos moradores de rua, a cidade não tem albergues e só há um centro de atendimento, que não permite o pernoite. Como o Senhor vai resolver essa situação?

Nos comprometemos a criar o abrigo municipal para o morador de rua. Vamos fazer no centro da cidade e será integrado a outras iniciativas que já trabalham na área social. Queremos criar no abrigo uma alternativa de qualificação e recuperação de dependentes químicos.

Existe uma prévia de quantas vagas existirão nesse abrigo?

Trabalho com uma hipótese de abrir 80 vagas rotativas.

A rede municipal de educação é responsável pelo ensino básico (até o quinto ano), período em que a criança aprende a ler e escrever. Uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação é reduzir o analfabetismo funcional em 50%. Como o senhor pretende cumprir essa meta em Florianópolis?

Vamos atuar fortemente na área da educação, principalmente na melhoria da qualidade nas séries finais. Se nas iniciais ela é boa, nas finais ela cai e é aí que mora o perigo. Perdemos qualidade no decorrer do sistema. Vamos articular com o Governo Federal através de programas como o Pró-Jovem e projetos que dão um complemento de renda ao jovem em situação carente. Vamos realizar

isso junto à Prefeitura para não permitir que o jovem saia prematuramente do sistema educacional. Também agiremos em parceria com o estado em nível de segundo grau na criação de centros de formação profissional nos bairros. Em Canasvieiras vai ter um centro desse tipo, assim como um no sul e no continente também.

No final de agosto foi sancionada a lei que determina que 50% das vagas em universidades federais sejam destinadas para alunos da rede pública, além de negros, pardos e índios. Como isso aumenta a responsabilidade da prefeitura para os próximos anos?

O grande desafio de Florianópolis e do Brasil é a melhoria da educação básica. Com relação ao Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), há uma grande discrepância entre escolas da mesma cidade. Na Trindade é excelente, nível

“Quero dizer que não vou promover aqui uma luta dos ricos contra os pobres”

de escola particular, na Coloninha é comparável ao sertão nordestino. Temos que agir nas escolas de pior desempenho para melhorar a qualidade e igualar as oportunidades. Vamos melhorar também independente de bairros, procuramos melhorar o sistema como um todo.

Florianópolis aparece na mídia nacional como uma cidade classe A, com belezas naturais e turismo de luxo. Como desenvolver a atividade de forma sustentável na cidade?

Temos uma sazonalidade muito grande de turismo. Notadamente no revêillon e no carnaval. Assumirei a cidade com o dobro do número de habitantes que ela tem normalmente.

Imagine o peso que toda essa população tem para os serviços como coleta de lixo, tratamento de esgoto, ener-

gia, trânsito. Mas cidade turística paga esse preço. O turismo é importante, mas não pode ser predatório. Temos que distribuir melhor esse fluxo turístico durante todo o ano. A gente pode avançar muito em trazer eventos culturais, esportivos, sociais, para atrair o turismo fora do período de verão. Queremos inaugurar um turismo de eventos, até mesmo para atender à demanda dos hotéis, principalmente do norte da ilha, que ficam ociosos fora da temporada de verão. Vou trabalhar obsessivamente na atração de grandes eventos para a cidade.

Sobre a Copa 2014, Florianópolis será promovida como subseleção?

Como secretário já trabalhei para atrair seleções de ponta para a cidade. Há possibilidades reais. Temos que aproveitar, criar eventos e atrair o circuito da Copa do Mundo para a cidade.

Há viabilidade de promover esses eventos por aqui, mesmo ficando a 300 km e 400 km das outras cidades sede da região?

Trezentos quilômetros são três horas de carro, 35 minutos de avião. A distância entre os jogos é de uma semana. Temos todo o público do Cone Sul que virá para o Brasil. Tenho certeza que quem estiver em Porto Alegre e Curitiba terá bons motivos para vir a Florianópolis fazer uma visita.

Florianópolis é uma cidade defasada na questão cultural se comparada a cidades como Blumenau e Joinville. Como fazer para desenvolver a cultura na cidade sem se apoiar exclusivamente em grandes e esporádicos eventos como o show do Paul McCartney?

A função da Prefeitura é anterior a apoiar grandes shows. É valorizar quem produz cultura em Florianópolis. Quando secretário, fiz a Maratona Cultural. Foram mais de 800 artistas locais que participaram. Minha intenção é tornar a maratona não mais um evento esporádico, mas permanente, espalhada nos bairros, para que a gente possa ofertar áreas para que o nosso artista local esteja integrado à nossa classe cultural e à educação integral, levando a cultura para dentro da sala de aula. Com relação a grandes eventos, a Prefeitura pode ser uma facilitadora, mas recurso público tem que ir para o fomento da cultura local. O orçamento é apertado, portanto vou buscar recursos estaduais e federais para atender essa área.

Leonardo Lima
leosilvalma@gmail.com
Lucas Inácio
lucasinacio.jor@gmail.com
Mariana Rosa
mari.rosa.90@gmail.com
Sâmia Fiates
samiapf@gmail.com

Quem navega na Ilha é o barco de pescador

Embarcações pesqueiras superam em três vezes o número de superlanchas em Florianópolis

É final de semana e o verão não começou oficialmente, mas o calor convida para uma ida à praia. Melhor ainda: ótima oportunidade para dar um rolê com a lancha comprada no ano passado, a patroa vai curtir, as crianças vão adorar. Finalmente será possível tirá-la da marina e fazer valer os R\$ 800 mensais que se paga para guardá-la, lá, paradinha. Muito legal aquela reportagem que saiu outro dia. Um amigo passa pela mesma situação: quer um barquinho para si, mas faltam marinas na cidade. É assim com as 1,7 mil famílias que querem ter, podem ter, mas não há lugar onde guardar... é, provincial! Enfrentamos uma superlotação nas marinas.

A poucos metros dessa marina, na Barra da Lagoa, o sábado não significa muita coisa e é hora de aproveitar os últimos dias antes do período de defeso para pescar o máximo de peixes possível. Desperta-se às quatro horas da manhã, e só retorna com o dia já escuro. É importante providenciar o pé-de-meia para os próximos quatro meses, quando será proibido pescar algumas espécies e é preciso se virar com o salário mínimo do seguro defeso. Assim vivem os mais de 4,5 mil pescadores registrados na região da Grande Florianópolis. Outros tantos não têm registro e, portanto, não recebem o auxílio.

Em Florianópolis existem, hoje, 17 marinas, que hospedam um total de 1,7 mil embarcações de passeio, aproximadamente. É unanimidade entre os funcionários que o grosso do movimento fica no verão. Nos outros meses do ano as lanchas raramente vão para a água, apenas quando ventos fracos, mar tranquilo e temperatura agradável coincidem com um sábado ou domingo. Ao mesmo tempo, a região tem 42 comunidades pesqueiras, nas quais trabalham mais de 4,5 mil pescadores. A maioria deles não tem condições de registrar seus barcos. A Capitania dos Portos é o órgão que reúne os cadastros de embarcações, e contabiliza apenas 167 barcos de pesca ou transporte. A disparidade entre o dado oficial e o que se encontra nos ranchos é consequência das taxas e impostos, quase sempre impagáveis para os pescadores artesanais.

Além dos custos usuais de manutenção das embarcações, que envolvem renovação da pintura, troca de partes da estrutura, motor e combustível, é necessário cadastrá-las – como fazemos com um carro, por exemplo. É preciso pagar seu registro, o seguro, a licença ambiental e a revisão feita pela Marinha, em que o barco deve possuir boia, extintor de incêndio, cabos e coletes salva-vidas. O barco custa aproximadamente R\$ 3 mil, e o motor (usado) R\$ 4 mil.

Atravessador diminui os ganhos

A figura do intermediário, um revendedor entre o pescador e as peixarias, tem dois lados para as comunidades de pescadores artesanais. Ele faz o trabalho logístico de transporte, negociação e venda dos peixes. No entanto, paga menos ao pescador e eleva o preço final para o consumidor. O presidente da Federação de Pescadores de Santa Catarina, Ivo da Silva, vê como necessidade importante para a região a construção de pelo menos dois entrepostos.

Com essa estrutura, pescadores poderiam qualificar mais o produto, limpando, selecionando e vendendo-o diretamente. Isso geraria novos pontos de comércio e eliminaria, pelo menos parcialmente, a figura do intermediário.

Os pescadores da Barra da Lagoa, por exemplo, nunca se organizaram em uma cooperativa, e por

isso acabam dependendo do intermediário, que compra deles para revender às peixarias do Centro e restaurantes da cidade. Isso corta os ganhos dos pescadores quase pela metade.

Na Ponta do Leal, parte da produção é vendida a um intermediário, mas os pescadores da comunidade conseguem se organizar em um esquema de venda direta ao consumidor, no caso, de porta em porta. O quilo de corvina, para citar um exemplo, é vendido ao intermediário por R\$ 3,00, que revende para peixarias, custando R\$ 8,00 para o consumidor. De porta em porta, os pescadores vendem por R\$ 6,00.

Giovanni Bello
giovanni.neto@gmail.com

Laura Vaz
laurarodriguesvaz@hotmail.com



No canal da Barra da Lagoa, barcos de pesca artesanal dividem espaço com embarcações de passeio

Ofício atrai cada vez menos gente

João Geraldo Carvalho, 52 anos, vive e pesca na Ponta do Leal desde os sete anos de idade e explica outro problema que sua comunidade de pescadores enfrenta. O melhor lugar para pescar nas proximidades é o canal que passa sob as pontes que ligam ilha e continente. No entanto, é proibido pescar na região por causa do tráfego de outros barcos, principalmente os de passeio. Em caso de flagrante, a Marinha pode apreender a embarcação, e a multa para liberá-la pode chegar a R\$ 5,8 mil. Com um recurso judicial, o barco pode ser liberado por aproximadamente R\$ 400, depois de uma declaração formal explicando o porquê de não arcar com o valor total da multa. A escassez no mar é sentida nas baías sul e norte, mas Jucemar Teixeira, 72 anos, pescador mais velho em atividade na Barra da Lagoa, reclama do mesmo problema. A praia fica do outro lado da ilha, onde se pesca em mar aberto, e ainda assim faltam peixes. Com 36 anos de atividade na Barra, Teixeira garante: "Há 15, 20 anos era melhor, se pescava até 12 toneladas por mês. Hoje, em uma boa safra, pescar uma tonelada está muito bom...". A falta de peixes no mar, somada à moder-

nização das ferramentas, acabou por cortar o número de pessoas necessárias para o trabalho. Antes um barco empregava até seis homens nas saídas, hoje apenas dois ou três. O remo deu lugar ao motor nos anos 1990. As pesadas redes não precisam mais ser puxadas com os braços, um guincho especial faz o trabalho sem grandes esforços. Isso possibilitou a adoção de redes de arrasto maiores – se antes tinham 300 metros, agora chegam a ter até três milhas de comprimento. A praticidade dos novos equipamentos mudou o cenário na Barra. Nas contas de Teixeira há mais barcos e menos pescadores que antigamente. A facilidade de acesso à educação também acaba incentivando uma diminuição do número de pescadores. Teixeira tem sete filhos, e só um deles escolheu seguir a profissão do pai. Provavelmente, nenhum dos nove netos seguirá o caminho do avô. Geraldo tem quatro irmãos que, assim como ele, viraram pescadores. Dos seis filhos que teve, apenas dois seguiram na profissão. Dos cinco netos, um acompanha as pescarias do avô. "Eles olham pra gente aqui ganhando pouco e resolvem estudar, não querem mais essa vida, não", lamenta.



Cenas assim se tornam cada vez mais raras em função das novas ferramentas de pesca

Paciência à prova com o transporte coletivo

Usuários enfrentam longos períodos de espera por ônibus e falta de linhas nos fins de semana

Entre os mais de 72 mil caminhos que um usuário do Sistema Integrado de Transporte (SIT) pode optar em Florianópolis, há inúmeras histórias que se repetem diariamente. Há casos de quantidades insuficientes de linhas, espera nas filas dos terminais e horas perdidas dentro do ônibus. Apesar de suas semelhanças, raramente ganham visibilidade e acabam esquecidas ao fim de cada trajeto.

No Terminal do Rio Tavares (TIRIO), passava das 21h de quinta-feira, oito de outubro. Alheia à confusão de ônibus lotados, pessoas apressadas e várias outras estáticas nas muitas opções de filas, a artista plástica Ana Pi, de 25 anos, folheia as páginas de um caderno com rabiscos à procura de algo para passar o tempo — exatos quarenta minutos até o próximo ônibus da linha Costa de Dentro chegar. “Venho do Terminal do Centro e acabo de perder a integração por 4 minutos. Agora perderei mais 40min aqui. Escreve isso!”, diz ao empolgar-se com a oportunidade de expor a situação rotineira de seu trajeto de volta para casa, já que desistiu de reclamar para os fiscais que ficam no Terminal.

Ela justifica sua indignação com o sistema integrado pela falta de linhas do TIRIO até o bairro Costa de Dentro, onde mora, (apenas duas das 181 existentes na Capital) e pelos horários escassos no período noturno (somente oito



Mais de 157 mil passageiros por dia dependem do serviço em Florianópolis

ônibus das 20h00 à 00h00 para um trajeto que atende à demanda de seis bairros diferentes). Aos domingos, a linha Costa de Cima, que circula na mesma região, não tem nenhum horário, como outras 80 em todo município, “como se as pessoas não precisassem sair no final de semana”, ironiza. A artista plástica defende que, por ser um direito público, que deveria ser gratuito, o serviço é muito caro e pouco eficiente.

A opinião é compartilhada pela estudante Maria Eduarda Soares, de 22 anos, que também sabe o que significa contar minutos na espera de ônibus no TIRIO. “Já levei quatro horas, em um dia útil, para fazer o trajeto de Ingleses a Açores”.

Soares, que diariamente leva duas horas para ir de sua casa, em Açores, até a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), não

se rendeu às regras do SIT e decidiu mudar de endereço, indo morar na Trindade. O dinheiro antes gasto com o passe de estudante, R\$ 70 por mês, é agora destinado a ajudar no aluguel, juntamente com o salário do emprego que arranhou numa academia do bairro. A estudante é prática: “o tempo que eu perdia no ônibus agora eu ganho trabalhando”.

Quem não reclama de perder tempo no ônibus é Carlos Eduardo Santos, que trabalha há dois anos como motorista da empresa Transol, na linha Tiriti-UFSC. Aos 32 anos, Santos faz parte da lista de 2.250 motoristas e cobradores que trabalham na Capital (cada ônibus precisa de, em média, 2,5 motoristas e 2,3 cobradores, o que representa 60% do custo para manter o sistema).

Após seis horas no volante, o funcionário vira mais um usuário de ônibus querendo voltar para casa após o trabalho. No Terminal de Canasvieiras, onde aguarda o próximo ônibus para o Rio Vermelho, Santos garante que a integração facilitou sua vida, “porque antes o ônibus ia do Centro até o Rio Vermelho pegando e largando gente em todos os pontos”. Ele ainda acrescenta: “não dá para agradar todo mundo”.

O motorista tem razão, as mais de 72 mil combinações de trajeto não agradam toda a população de Florianópolis. E, para alguns usuários, estão longe disso.

Sistema integrado é criticado em Palhoça

Se nos terminais de Florianópolis as reclamações são constantes, em Palhoça, onde o sistema integrado foi implantado em julho desse ano, as queixas ganham um tom de revolta. A expressão de indignação de Maria Miranda, 56 anos, é por gastar R\$ 4,20 para fazer o trajeto do bairro Bela Vista, onde mora, até o Terminal Central de Florianópolis (TICEN). Miranda paga R\$ 2,65 no trajeto bairro-Estação, e mais R\$ 1,55, para ir até o TICEN, pois o sistema de Palhoça não funciona com tarifa única, o que significa que ao mudar para um ônibus que custa mais, paga-se a diferença.

Nem mesmo o ônibus novo da Jotur, forrado com adesivos destacando supostas qualidades do serviço, convence a usuária de que o valor da viagem é justo. Mesmo assim, seu

trajeto para chegar ao trabalho é feito diariamente, saindo 5h30 da manhã de casa, no bairro Bela Vista, para pegar o primeiro ônibus do dia e chegar à Estação Palhoça por volta das 6h30, quando embarca em outro com destino ao Centro de Florianópolis (antes da integração, ia de casa ao Centro usando apenas um ônibus). Como não há integração tarifária com o sistema intermunicipal da Capital, ela paga uma nova passagem até o Abraão, para finalmente chegar, 15 minutos atrasada, ao local onde trabalha como babá.

Nos domingos, quando Miranda vai para Florianópolis cuidar da mãe, a solução é sair cedo para não pegar trânsito. “O problema é que o primeiro ônibus chega no bairro às 5h50 da manhã e o próximo só às 08h00”, reclama.

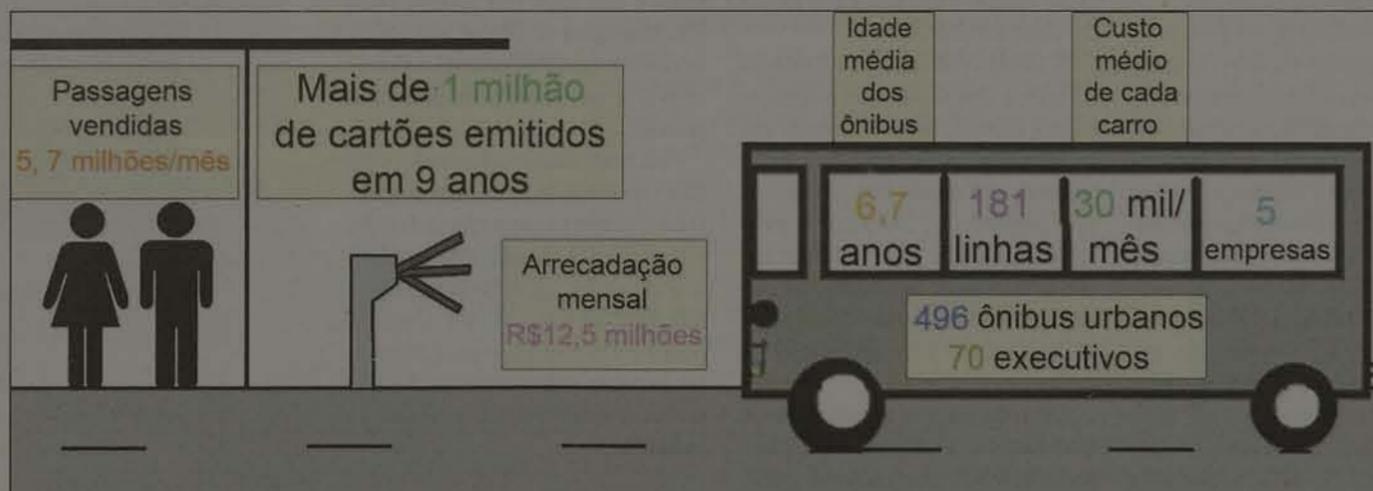
Há um ano e meio, quando mudou para Palhoça procurando um local mais sossegado para morar, ela pensou que pegar seis ônibus por dia não seria problema. Após registrar mais de três reclamações na ouvidoria da Jotur, principal empresa da região, mudou de opinião, principalmente ao sentir a conta pesar no bolso: “não sei exatamente quanto gasto por mês, mas acabo de colocar mais R\$ 50 no meu cartão e sei que não dura uma semana”. Em Palhoça colocar dinheiro no cartão significa pagar o mesmo preço da passagem comprada com dinheiro vivo.

Thaine Machado
thaine.machado@gmail.com

Quando o SIT era novidade em Florianópolis

“Já acabou o tempo em que o sistema integrado era bom”, diz o jornalista João Batista Soares enquanto aguarda seu ônibus chegar no TIRIO. Aos 70 anos, o morador do Campeche lembra a confusão de quando o sistema foi implantado, em 2003: “Foi um susto, uma migração intensa de todo o jeito”. O esquema que distribuía 131 linhas cobertas por uma frota de 360 ônibus, sem contar o investimento de R\$ 27 milhões da prefeitura no sistema viário, não agradou imediatamente os moradores da capital.

Após nove anos de funcionamento, a demanda ainda é praticamente a mesma (mais de cinco milhões de passagens/mês), e os 110 ônibus incorporados à frota de um atendimento igual ou pior, por um motivo que Soares sabe bem: “o trânsito saturou”. Mudando a expressão, o jornalista sorri ao lembrar que “trinta, quarenta anos atrás fumava-se nos ônibus, as fichas eram de papel e quando se puxava a campainha era uma berraçada de ‘para aí’”.



Fazendinha do Ribeirão preserva um recanto tradicional

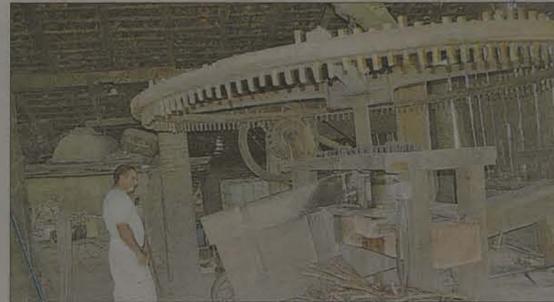


Famílias nativas são as responsáveis por manter vivos os costumes açorianos

Muitas pessoas vêm para Florianópolis passar as férias durante a temporada e ficam com a impressão de que a maioria dos habitantes não nasceu na cidade, porém os “Manezinhos” não são raridade na ilha de Santa Catarina. O povo nativo representa 48,29% das pessoas que vivem na capital catarinense, de acordo com dados do IBGE.

Grande parte dos nativos, no entanto, não mora nos bairros mais procurados pelos turistas. Segundo o coordenador de comunicação do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC (NEA), Francisco do Vale Pereira, os bairros com a maior concentração de ilhéus são Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, Sertão do Ribeirão, Rio Vermelho, Costa de Dentro, Pântano do Sul e Caieira da Barra da Sul.

Como o Sul da Ilha não costuma receber o mesmo número de visitantes, nessa região o modo de viver e as tradições foram mais preservados. O povo do arquipélago dos Açores foi enviado à Ilha de Santa Catarina a partir de 1748. O principal motivo para a colonização da antiga Desterro foi sua localização, que fica em um ponto estratégico para o país europeu, por servir como última parada antes do acesso ao Rio da Prata, onde os navegadores reabasteciam suas embarcações. Os açorianos estavam reivindicando terras para seu próprio proveito há algum tempo, pois já estavam cansados de produzir e armazenar produtos que eram enviados diretamente para Portugal. Dessa maneira, para o país europeu a colonização da Ilha de Santa Catarina foi uma solução conveniente para duas necessidades.



Cultura comunitária resiste ao moderno

Um exemplo dessas famílias que preservam os costumes açorianos são os Cordeiro, que moram no Ribeirão da Ilha há mais de 200 anos. Jacob Cordeiro Heindereich de 86 anos é o membro mais velho da linhagem. Ele e sua irmã Maria Dolores Cordeiro Heindenreich, 75, apelidada de Dona Filhinha por ser a irmã mais nova, vivem em uma área conhecida no bairro como Alto Ribeirão.

Os irmãos herdaram uma grande quantidade de terra dos pais, porém, devido ao grande número de filhos, Dona Filhinha vendeu parte das terras para o sustento da família. A outra parcela foi dividida entre os descendentes. Já Seu Jacob preservou a maioria das propriedades herdadas, cerca de 25 hectares.

Seu Jacob construiu um engenho atrás da sua casa. Apesar da idade, ele e sua esposa Yolanda Antunes Heindereich, 71 anos, pretendem manter a produção de farinha de mandioca. Há 30 anos, o engenho, que era movido à tração animal, passou a funcionar com eletricidade. “Não falha um ano, todo ano sai uns dois mil quilos de farinha”, ressalta Seu Jacob.

Atualmente a cidade conta com cerca de uma dezena de engenhos. É até estranho pensar que no início do século XX existiam cerca de 150 na ilha. Antes disso, Florianópolis chegou até a fornecer o produto para a família real portuguesa. A farinha de mandioca começou a ser produzida após a chegada dos açorianos. Devido às diferenças do solo e do clima, eles adaptaram o modo de produção da farinha de trigo feita no Arquipélago dos Açores com a mandioca, que era cultivada pelos índios.

A expansão do número de fábricas de farinha, que aconteceu a partir de 1970, foi um dos principais fatores que contribuíram para a extinção da produção artesanal, já que era difícil competir com os preços dos produtos

industrializados. Essa dificuldade é percebida até hoje no engenho de Seu Jacob, onde três sacos de farinha são vendidos por dez reais. “As pessoas reclamam, acham muito caro”, ressalta a filha do casal proprietário, Graziela Heindenreich. Segundo ela, a família não tem lucro algum com o engenho. O irmão de Graziela, João José Heindenreich, assegura que produz farinha porque gosta e que pretende dar continuidade à tradição.

Outro fator decisivo para o fechamento dos engenhos foi o decreto municipal que tinha como objetivo regularizar os padrões de higiene. A legislação proibia o funcionamento de ranchos sem pisos no chão e azulejo nas paredes. Os donos das propriedades, com receio de serem multados pela fiscalização, resolveram que a melhor alternativa era parar a produção.

Dona Landa, esposa de Seu Jacob, tem uma pequena sala de costura, onde faz reparos nas roupas dos vizinhos e familiares. Dentro da sala, ainda pode ser vista a almofada utilizada para a renda de bilro. Ela conta que não faz a renda há algum tempo. A filha Graziela não demonstra muito interesse em manter o costume. “Eu aprendi a fazer a renda por obrigação, mas não gosto de fazer, não sou muito prezada”, explicou.

Seu Jacob cria gado e o filho João, que faz agronomia na UFSC, é quem ajuda o pai na criação. O pequeno rebanho conta agora com a recente chegada de dois bezerras, totalizando 15 cabeças. Seu Jacob conta que fez isso durante toda sua vida. “Meu avô criava gado, que passou para meu pai, que passou para mim”, recorda.

Na casa ao lado de Jacob vive Dona Filhinha, em uma propriedade que é considerada patrimônio histórico e tem aproximadamente 200 anos. Viúva há aproximadamente 15 anos, é mãe de seis filhos. Dona Filhinha



Família de D. Filhinha (esquerda), D. Nita e Seu Acary chegou ao Ribeirão há dois séculos

conta ainda, que deu à luz a mais uma filha, morta por desidratação com apenas um mês de vida.

Na frente da casa de Dona Filhinha fica o bar Empório 31, herdado pelo filho Zoélio Ari Alves. O prédio foi construído em 1931 para ser a sede do Clube Recreativo Bandeirante. Após a mudança do clube para a nova sede, o espaço tornou-se um bar, fundado pelo falecido pai, Ari Alves.

A prima do casal, Zenita Cordeiro Vieira, 73, ou Dona Nita, como é conhecida, tem um mercado chamado “Casa Paraíso”, que fica a 100 metros das casas dos primos.

O mercado foi fundado há mais de 72 anos, e passou por uma ampliação há seis décadas. Dona Nita conta que antigamente era natural os clientes pagarem as compras com produtos de suas propriedades, como café e banana, por exemplo. Deste costume vieram as chamadas cadernetas, que permanecem até hoje, onde são anotadas as compras que serão pagas somente no final do mês.

Diferente do que acontecia antes, quando todas as dívidas eram pagas sem problemas, atualmente as pesso-

as estão deixando de pagar e gerando prejuízo aos donos do mercado. Dona Nita admite que logo terá que extinguir essa forma de pagamento. “As pessoas que nasceram no Ribeirão da Ilha pagam, mas os que vêm de fora é que são o perigo”, lamenta.

O casal teve três filhos, a filha Marisa sofreu de paralisia infantil quando criança e o filho Beto tem distúrbios mentais. Apesar de todas as dificuldades que passaram durante suas vidas, a mulher e seu marido, Acary Firmínio Vieira, 79, conseguiram criar seus filhos e têm uma vida estável. Dona Nita conseguiu se formar em biblioteconomia na UFSC quando tinha 42 anos e se aposentou como professora primária.

Seu Acary sempre foi lavrador e até hoje cria cerca de 30 cabeças de gado. O casal já teve um engenho de farinha e uma fábrica de café, mas devido à dificuldade em contratar pessoas para trabalhar no engenho, aos altos impostos e aos problemas para se adaptar às regras das embalagens de café, ambos os estabelecimentos acabaram fechando.



Cobra “rateira” é companhia constante no rancho onde Seu Zeca destila e engarrafa a bebida

Irmãos Santos mantêm alambiques

Os dois últimos alambiques de cachaça artesanal de Florianópolis ficam no Sertão do Ribeirão e são de propriedade de dois irmãos da família Santos: José dos Santos, 53, e Bento Santos, 52. A cidade chegou a ter 30 alambiques funcionando, porém o mesmo decreto municipal que tinha como objetivo regularizar a higiene nos engenhos prejudicou também os alambiques.

O Sertão do Ribeirão é uma pequena comunidade localizada no sul de Florianópolis, que se manteve afastada do resto da cidade. A localidade, que fica entre o Ribeirão da Ilha e o Pântano do Sul, pode ser visitada por dois acessos: um pela Costa de Gima e outro pelo Ribeirão da Ilha.

Pela estrada de terra é possível perceber que estamos chegando perto dos alambiques e da pacata vila, que preserva uma pequena escola e uma igreja, além do córrego da cachoeira, que atrai turistas durante o verão.

Porém, nada atrai mais os turistas ao Ser-



Plano diretor restringe cultivo de cana e dificulta produção artesanal de cachaça



Farinha para o pirão e cachaça da boa direto do engenho artesanal

A produção de farinha é um trabalho coletivo. Geralmente conta com a ajuda dos vizinhos e dos parentes dos donos do engenho. O primeiro passo é colher as mandiocas da plantação, depois chega a hora de raspar as raízes para tirar a casca.

Retirada a casca, as mandiocas são lavadas para ficarem bem branquinhas. Após a lavagem, a matéria-prima vai para a sevadeira, onde é ralada até virar uma pasta branca, crua e molhada. Essa massa molhada é levada à prensa, onde é espremida até perder a umidade e ser retirado o ácido clorídrico, que é prejudicial à saúde. Saem dali as chamadas trouxas. É neste momento que a massa crua pode ser aproveitada para o preparo do beijú, que é uma espécie de broa.

As trouxas são quebradas com marretas, transformando-se em pedrinhas de farinha, que são dissolvidas com as mãos. Então tudo vai para a peneira, separando o que já está pronto para ir ao forno. Do forno sai a farinha, fresquinha e pronta para o pirão d'água.

Já a produção da cachaça começa com a moenda da cana de açúcar. O suco que sai dali, chamado de garapa, é colocado no barril, onde fica armazenado por cerca de três dias para fermentar.

Na sequência, o líquido vai para o alambique para a destilação. A parte inferior do alambique é acesa com lenha, fazendo a bebida evaporar. O vapor vai para a serpentina, feita de cobre, onde é condensado. Ali termina a destilação.

A cachaça sai da serpentina e o que não destilou, chamado de vinhão, é jogado para fora do engenho. Os primeiros 10 litros que saem da serpentina possuem a maior quantidade de álcool. É desse líquido que Seu Zeca faz a Cachaça do Delegado. Esses primeiros 10 litros também podem passar pelo processo de destilação outra vez e serem normalmente utilizados.



Stefany Alves stefanyjor@gmail.com

Praças e parques sobrevivem à negligência

Relação com áreas de lazer mudou, mas locais ainda são apreciados por moradores da cidade

Toda cidade tem seu Centro, e todo Centro que se preze tem, ao menos, uma praça. Florianópolis possui cerca de 95, dessas, 77 estão situadas na ilha e 18 no continente. Muitas delas envelheceram, tornaram-se patrimônio histórico, mas, no caso das centrais, a localização nunca permitiu que esvaziassem. Na Praça XV de Novembro, circulam milhares de pessoas, muitas delas com destino à rua Felipe Schmidt, abrigando-se da chuva ou do sol debaixo das árvores. O espaço é ponto de encontro dos engravatados que correm até a antiga Câmara de Vereadores e dos andarilhos que adotaram os bancos como cama. Enquanto estudantes descansam no intervalo das aulas e aposentados jogam dominó, lá estão os comerciantes, chamando atenção da forma mais carnavalesca possível. Somados aos habitantes tradicionais, os turistas chegam, dão a volta na velha figueira e saem certos de que, na próxima visita, estarão de aliança e acompanhados de um bom parceiro.

A história dos pais da ambulante Simone do Nascimento, por exemplo, começou ali sob a sombra da figueira, onde a filha trabalha desde os cinco anos de idade. Foi onde se conheceram, namoraram e casaram. A árvore é o espaço onde Nascimento vende bebidas, mas quando volta depois do horário comercial e de banho tomado em casa, torna-se seu espaço de lazer. “Eu vivo nessa figueira, eu amo ela”, confessa sorrindo.

Assim como Nascimento, o ambulante José Carlos Miranda, mais conhecido como Gago, também cos-

tuma passear pela praça nos horários livres. Gago, que já vendia milho com o pai por ali aos sete anos, chegou a participar das filmagens da novela *Como uma onda*. Quando fiscais tentaram retirá-lo do local, ele foi defendido como uma figura folclórica da praça – uma relação entre espaço e comunidade que não é recente. “As antigas praças eram locais de reunião para culto religioso, para comércio, como ponto de encontro. Elas tinham essa multifuncionalidade e uma relação muito forte com a sociabilidade”, explica o urbanista e especialista em espaço público Nelson Popini.

As garis da Comcap Luciana Camargo e Rosimeire Vieira trabalham no Centro e, por passarem tanto tempo nas praças, acabam se aproximando dos frequentadores mais habituais. Mas o clima de amizade não se estende a todos. “Se só cinco pessoas xingarem por dia, é pouco”, reclama Camargo dos insultos que recebe dos incomodados com a troca de bancos para realização da limpeza. Além disso, as garis não se dão bem com os moradores de rua rabugentos ao acordar com o barulho do soprador de folhas. “Acham que aqui é a casa deles”, reclama Vieira.

Alexandra de Oliveira, diretora de serviços de média complexidade da secretaria municipal de Assistência Social, lembra que a população em situação de rua tem o direito de ir e vir. “Não é proibido ficar em logradouro público. O que eles não podem é cometer irregularidades, crimes. Nós apenas os convidamos a saírem daquela situação, e não intimidamos. Fazemos isso com apoio psicológico”, explica.



José Carlos Miranda, mais conhecido como Gago, é uma das figuras folclóricas da Praça XV

Aproveitamento dos espaços diminuiu por falta de manutenção e cuidado

Quando a movimentação diminui, os moradores da região deixam de considerar a praça como uma opção de passagem, é o caso do barman Maycon Schmitz. Quando sai do trabalho, de madrugada, ele evita passar pela Praça XV e contorna os quarteirões, aumentando o trajeto até sua casa, que fica em frente à Praça Getúlio Vargas. “Eles colocaram nova iluminação e ficou bem mais claro, só que isso não é suficiente para espantar vândalos.”

Os projetos de revitalização das praças, que fariam os espaços públicos funcionarem por mais tempo, ficam a cargo da Secretaria de Obras de Florianópolis. No edital lançado em 2011, com contrato firmado neste ano, a secretaria contratou a empresa WAR Construtora e Incorporadora Ltda para prestar serviços de recuperação das praças de Florianópolis. No entanto, apenas 22 delas entraram no orçamento de mais de R\$ 615 mil. O prazo de execução, inicialmente previsto para 180 dias, foi prorrogado para 300.

O secretário Luiz Américo Medeiros justifica que a equipe de manutenção da secretaria faz intervenções periódicas nos espaços públicos, geralmente quando há reclamação, mas que a equipe não dá conta. “O vandalismo é muito grande. As pessoas andam por cima do canteiro, por exemplo. Se cada

comunidade se propusesse a cuidar do seu espaço, seria tudo mais fácil. Não adianta só pedir praça”, defende.

Os problemas de iluminação e falta de estrutura também impedem as pessoas de frequentarem a Praça Santos Dumont, no bairro Trindade, durante a noite. O estudante de Engenharia de Controle e Automação da UFSC, Victor Sanchez Jara, conta que morava em um prédio em frente à Praça do Pida, nome popular do local, mas que se mudou por causa da insegurança. “Uma noite, uma pessoa pulou a cerca da frente do prédio, que fica exatamente na frente do posto de polícia da praça, abriu a janela do meu quarto e tentou roubar o meu notebook”, conta. O posto policial citado por Jara encontra-se abandonado, sem policiais operando. A visão que se tem da praça atualmente é de descuido com as instalações. O que ainda atrai a população, durante o dia, é o parque infantil e os aparelhos de ginástica, instalados pela Fundação Municipal de Esportes.

O Parque de Coqueiros pode ser considerado uma das áreas públicas de lazer mais bem estruturadas da capital. Nascido da iniciativa popular, o parque existe graças à contribuição da comunidade do bairro. A área possui pista de caminhada de 850 metros, parque infantil, quadras de futebol de areia, futebol suíço, vôlei de praia

e basquetebol e um estacionamento para aproximadamente 800 veículos. Além disso, conta com um espaço dedicado à saúde, que disponibiliza orientação nos alongamentos antes e depois da prática de exercícios físicos.

Frequentador assíduo do Parque de Coqueiros, o jornalista Rodrigo Lóssio leva seu cachorro toda semana para passear na área de lazer. Lóssio considera a estrutura do parque boa, mas reclama da pouca arborização. “Em dias quentes é complicado, não tem onde se abrigar”.

A dois quilômetros de distância de um posto de polícia e com rondas da Guarda Municipal, o parque não sofre com casos graves de violência, de acordo com os frequentadores. “Nunca tive problema de segurança, mas já ouvi falar em assalto à mão armada do pessoal que chega e vai embora de carro. A iluminação foi melhorada pela revitalização, mas ainda existem algumas áreas ruins do estacionamento, que não estão sequer calçadas”, conta Lóssio. Ainda de acordo com o jornalista, existem poucos moradores de rua e usuários de drogas. “Acredito que seja porque existe no parque um espaço da administração [Secretaria do Continente]. Então as pessoas têm a quem recorrer.”



Clareza do dia mantém a Praça do Pida movimentada



Rafael Canoba

Incomodados com o descuido, moradores da região assumem a manutenção do parque



Gloriamir Bello

Lóssio utiliza semanalmente o Parque de Coqueiros para a prática de atividades físicas

Iniciativa de moradores mantém Parque da Luz

Ao escurecer, o uso do Parque da Luz se torna apenas marginal. Com o ambiente fechado pelas árvores densas, o entorno da praça torna-se um grande estacionamento assim que termina o horário comercial e os moradores que chegam do trabalho têm a entrada inibida. Aos sábados, o único ônibus que chega até o local, com vista privilegiada para o principal cartão-postal da cidade - a ponte Hercílio Luz - funciona com horários reduzidos e chega a ter apenas cinco saídas aos domingos. A relação que as pessoas estabelecem com a natureza e

com a prática da atividade esportiva, definida pelo urbanista Nelson Popini como função básica de um parque, acaba sendo, portanto, um privilégio restrito aos moradores dos arredores.

"Acordo com o som dos passarinhos, isso não tem preço", empolga-se o aluno de Administração da UFSC Lucas Bresolin, que mora em um condomínio em frente ao Parque da Luz. O apreço é o que torna possível o uso do parque, uma vez que a falta de manutenção da prefeitura mobilizou os moradores a criar a Associação Amigos do Parque da Luz. A dona de

casa Marli Lemos afirma que as pessoas ainda os usam - e muito, enfatiza -, mas acredita que a redução no número de entradas tornaria mais fácil a segurança e o controle dos frequentadores.

"Os condomínios têm criado as suas próprias áreas de lazer e as pessoas estão se fechando cada vez mais. O parque deveria estar disponível, com estrutura, para as pessoas se reunirem", acredita Bresolin. O que o urbanista Nelson Popini observa é que "o pedestre tem cada vez menos importância dentro do espaço ur-

bano. Ele está perdendo lugar para o automóvel e para os sistemas de transporte em geral. Basta ver a área dentro das ruas que é destinada ao pedestre". Os pontos de encontro deixaram de ser as praças e os parques e, tornaram-se hoje, os shopping centers. Para os visitantes, eles ficaram mais próximos, confortáveis e seguros que os espaços públicos. A área privada é uma evolução das aglomerações comerciais em ruas específicas, próprias das mudanças da modernidade que chegaram ao Brasil na década de 1920. Para a nova geração, os shop-

pings são opção óbvia de lazer, mas, aos mais velhos, a liberdade dos espaços abertos faz falta. "Para pessoas do meu tempo, a gente não faz questão de shopping e de cinema. Não tinha isso", lembra o aposentado Oswaldo Ramos Junior que guarda um tempo para distrair-se nas praças centrais, onde concentram-se os serviços que mais usa.

Gabriele Duarte
duartes.gabriele@gmail.com
Rafael Canoba
rafaellcanoba@gmail.com

Lei permite adotar áreas

A Lei Municipal 2.668, de 28 de setembro de 1987, concede por meio de adoção a administração de praças, parques e jardins a empresas estabelecidas, entidades e órgãos da administração direta e indireta, para fins de manutenção, conservação e melhoria dos equipamentos de lazer e cultura. A escolha da empresa interessada em adotar uma praça se dá em uma parceria entre a ONG FloripAmanhã e a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram). O diretor de Gestão Ambiental da Floram, Marco Aurélio Abreu, destaca que no primeiro semestre de 2012 foram adotadas quatro praças em Florianópolis. No total, são mais de 100 áreas públicas - incluindo praças, parques, canteiros e jardins - sob responsabilidade da esfera privada. A Praça XV é atualmente administrada por duas empresas, enquanto a Praça Santos Dumont está em avaliação para receber auxílio privado. O Parque de Coqueiros é gerido pela secretaria municipal do Continente, e o Parque da Luz é administrado pela associação de moradores local.

O urbanista Nelson Popini defende a parceria: "O espaço público não pode só ser assumido pelo poder público. Esse é um dos poucos momentos que essa parceria funciona sem efeitos colaterais. Não se está tornando a praça privada." Abreu salienta que as parcerias tornam os espaços "muito mais bonitos", justificando que o orçamento pequeno da Floram não permite as plantas ornamentais presentes nos projetos de arquitetos. "O que temos é o feijão com arroz", define.

No entanto Abreu lembra que a adoção da área pública não permite total autonomia de interferência à empresa. "Se eles quiserem colocar um banco, por exemplo, vão ter de pedir autorização dos técnicos." O secretário municipal de Obras, Luiz Américo Medeiros, também defende a adoção das praças, uma vez que a prefeitura não dispõe de recursos humanos suficientes para administrá-las.

Antes de utilizar o Parque de Coqueiros como área de convivência pública, o jornalista Rodrigo Lóssio usava o espaço da UFSC e o Parque da Luz nos momentos de lazer. Ele lamenta que o último espaço esteja abandonado. "É uma área valorizada, que deveria ser melhor cuidada. Neste caso defendo a iniciativa privada. As empresas têm que apoiar. Não é bondade." Lóssio conta que o Parque de Coqueiros raramente é depredado, mas ainda assim defende o apoio. "Poderiam ter parcerias público-privadas mais sólidas. Os parques não são das associações e não cabe a eles administrar. O Parque de Coqueiros só se mantém pelo apoio da prefeitura", defende. Já Lucas Bresolin, que mora em frente ao Parque da Luz, considera que os moradores devem seguir administrando e cuidando do ambiente, porque conhecem e sabem o que é o melhor para a área.

IEE reflete os desafios da educação pública

Com mais de 120 anos de história escola ainda enfrenta problemas como falta de professores

O primeiro sinal soa às 13h25. Mas não é aquele tradicional estridente, comum na maioria dos colégios, como o toque que ecoa de um telefone antigo. Ali, o aviso aos alunos sobre o início das aulas vem de um alerta similar àquele usado pelos bombeiros. Diferente. Cinco minutos depois, o som toca novamente. Aos poucos, o vasto pátio do Instituto Estadual de Educação (IEE) circundado por vários bancos de madeira, esvazia-se da multidão de alunos, que a passos lerdos controlados por conversas passam a ocupar as salas de aula.

O IEE é o maior colégio público da América Latina, ocupando o total de 54 mil metros quadrados no centro de Florianópolis. São 120 anos de uma história, pela qual passam, anualmente, a média de cinco mil alunos, que vão desde o primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro do ensino médio.

O sinal diferente não é a única característica que chama atenção no Instituto; para passar pelo portão de entrada, o visitante precisa se identificar ao segurança, e o estudante precisa estar uniformizado. Caso contrário, ele recebe um pequeno sermão logo na entrada, tendo que informar nome do professor e a aula que foi assistir no dia.

Para comportar tantas pessoas matriculadas, o espaço divide-se em 87 salas de aula, dez laboratórios, 12 quadras esportivas, uma biblioteca e refeitório. As paredes estão na maioria pintadas de azul claro (cor da escola) sem falhas ou rachaduras. Nas salas de aula, ventiladores, carteiras e quadros negros atendem à demanda dos cerca de 30 alunos que cada uma ocupa. Ainda existem os equipamentos de *datashow*, que podem ser usados quando necessário.

De estrutura, o colégio está bem, tanto para professores como para alunos. "Comparada a outras escolas municipais, a nossa parece de escola particular", relata Maria Eduarda Lopes, de 17 anos e aluna do 9º ano do ensino fundamental. Os laboratórios, apesar de terem número re-



A estrutura de 54 mil metros quadrados, no centro de Florianópolis, atende a mais de cinco mil estudantes por ano

duzido de professores, também satisfazem a opinião dos alunos, por ser um espaço diferenciado na hora de complementar os estudos.

Porém, espaços bem aproveitados não bastam quando se trata de educação. Esta é a visão de Joesér Bauer, 15 anos, que cursa o 9º ano do ensino fundamental: "A estrutura não faz um colégio", crê. A qualidade do ensino é essencial, aspecto que está deficiente no Instituto, na visão dos alunos. "Temos falta de professores. Quando um sai de licença, às vezes ficamos meses sem ter aula da disciplina", queixa-se Dakny Basse-done, estudante do ensino médio e membro do Grêmio Estudantil.

O corpo discente tenta articulação através do Grêmio, mas não consegue contato direto com a direção. Na gestão passada, houve tentativas de montar um fanzine e uma rádio interna, que acabaram sendo barradas na porta do diretor. "Cortam a nossa verba, e quando a gente pede pelas melhorias, não acontece nada", reclama

o diretor de divulgação da gestão passada do Grêmio Estudantil, João Pedro Figueiredo. Ele também acrescenta que neste último ano a representação do GE caiu bastante, tendo pouca participação no colégio. "Nem soubemos quando abriram as inscrições de chapa".

O diálogo inexistente entre direção e demais setores é igualmente uma reclamação do presidente da Associação de Pais e Professores (APP), Elvis Joceni de Sousa. Professor de Filosofia há 11 anos e reeleito pela segunda vez no cargo, ele ressalta que a associação representa o outro lado, que não é de interesse da direção. Já o diretor geral Vendelin Santo Borguezon concorda que cada entidade tem seu papel a cumprir, mas afirma que "sempre que houver necessidade, conversamos para resolver os problemas."

Sousa também observa que a Associação possui má reputação diante das pessoas, pelo histórico que carrega. "A APP é 'laranja'. Aqui dentro acontece muito desvio de função, por exemplo, de uma pessoa entrar como serviços gerais, mas começar a atuar na coordenação. Depois quando saem, entram com processo contra a gente, tirando de nós um dinheiro que nem temos", desabafa. A verba que recebem do governo foi cortada, e de todo corpo estudantil, cerca de cem alunos contribuem um pouco financeiramente. "Esse problema de terceirização da APP é estatal, não é só daqui", constata.

Fora essa questão, o corpo docente também pede reconhecimento do trabalho. Por suprirem as lacunas deixadas pelos professores em licença, a carga de aulas acaba ficando pesada para professores como Norberto de Jesus Prochnov, que leciona Sociologia desde 2004, e atualmente assume 16 turmas. Outra reivindicação é o salário.

O resultado da greve de 2011, que teve grande adesão docente, foi pífio – houve reajuste salarial apenas para os professores em início de carreira – fazendo com que eles voltassem a se manifestar em maio deste ano. Mas devido a ameaças do governo em cortar o ponto, o número de professores grevistas diminuiu para

30%, e a promessa de aumento salarial para os docentes de carreira avançada ainda não foi cumprida.

Na intenção de registrar essas e outras reclamações de pais, alunos e professores, a APP criou uma ouvidoria, assumida pelo presidente. No entanto, em seis meses de existência, Sousa contabiliza apenas quatro reclamações. Ele acredita que a comunidade não cria laço com a escola, e isso distancia cada vez mais a relação que um tem com o outro. "O envolvimento só se cria quando há maior identidade com a instituição", acredita. Para ele, o fato de o colégio ser grande e ter muitos alunos matriculados contribui para o fato de haver pouca comunicação e falta de interesse pelo desenvolvimento do IEE.

Entre as poucas reclamações registradas, está o problema de falta de professor e a insatisfação com a merenda, que se tornou insuficiente para alunos do ensino médio. Ao receber as manifestações, o professor Sousa as encaminha à direção. "O problema com a merenda acredito ter sido saciado, pois não tornaram a reclamar", afirma. "Mas a falta de professor ainda continua." De acordo com o diretor Borguezon, essa é uma questão que o colégio não pode resolver devido aos trâmites legais a serem seguidos e à falta de professores disponíveis para contratação.

Fora os números grandes e chamativos, o Instituto Estadual de Educação funciona como outro colégio qualquer. Pelos corredores passam jovens de todas as idades, que se diferem em pequenos detalhes, como a forma utilizada para prender o cabelo ou os acessórios que escolhem na hora de complementar o uniforme.

As conversas são frequentes; as reclamações, também. Bastam duas horas lá dentro conversando com as pessoas para ver que existe o outro lado da nota 5 alcançada pelas séries iniciais no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), vista como destaque, uma vez que a média estadual é 4,7 e a nacional 4,2.



Instituto recebeu nota máxima do IDEB nas séries iniciais do fundamental

Helena Stürmer
helenasturmer@gmail.com

Como conhecer a cidade sem gastar muito

Florianópolis oferece alternativas de acomodação e roteiros a turistas com orçamento reduzido

Quartos coletivos, só para homens ou só para mulheres, com oito camas, que custam entre R\$ 30 e R\$ 60 a diária. Para muitos que vêm a Florianópolis a passeio nas férias, ou em eventos e que não podem pagar altos valores por hospedagem, alternativas como *hostels* são a solução. Além de albergues, há na Capital opções igualmente baratas, como os *campings*, e até estadia de graça por meio do *CouchSurfing*.

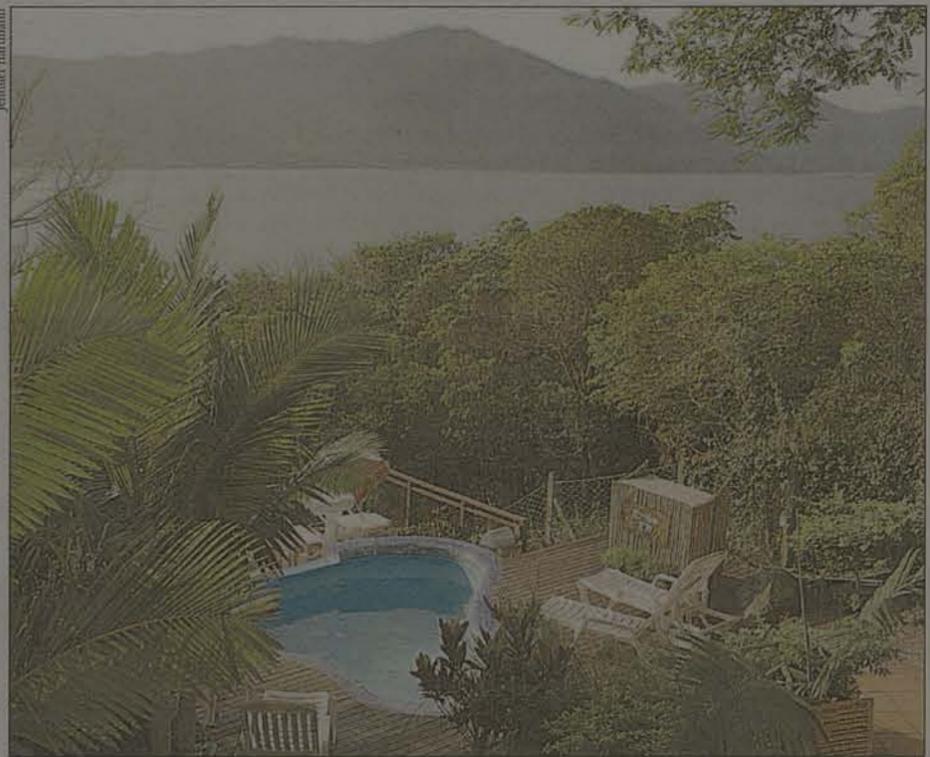
Na cidade há 45 opções de *hostels*, 1.641 pessoas registradas no *CouchSurfing* e mais de 20 *campings*. Não há uma rede única de *hostels* no país, eles são cadastrados em diferentes associações como a *Hostelling International*. *Hostels* são lugares com quartos divididos entre quatro ou mais pessoas, com banheiros e cozinha comunitária e que atraem muitos estrangeiros.

“É uma experiência muito bacana, porque você conhece gente de várias culturas diferentes. Esse é o legal de viajar, né?”, conta Laila Talin, estudante que veio a Florianópolis para participar de um congresso e que está hospedada no Hi Hostel, localizado no Centro. Para ela e suas amigas, a viagem custou em torno de R\$ 400,

contando estadia e outros gastos, fora a passagem. Ela e a amiga Helena D’Agosto acharam o sistema de transporte bom e com um preço adequado. “Em Juiz de Fora (MG), você paga R\$ 2,05 para andar daqui até a lata de lixo ali.”

O quarto no qual elas estão hospedadas custa R\$ 38 por dia para sócios e R\$ 48 para não sócios. O público que frequenta o local é variado. Muitas famílias alugam quartos durante o verão, que custam R\$ 98 e R\$ 108 reais para sócio e não sócio, e têm cama de casal, um beliche e banheiro exclusivo. Segundo Alexandra de Medeiros, recepcionista do estabelecimento há dez anos, há até hóspedes na terceira idade. “Eles são os verdadeiros mochileiros.”

O Hi Hostel existe desde 1987 e surgiu de um projeto de conclusão de curso, sem incentivo de órgãos públicos. Quando perguntada sobre os preços da cidade, Medeiros avalia que a cidade deixou de trabalhar com custos mais altos apenas na temporada de verão. Agora os preços que sobem durante a estação continuam o ano todo. “Hoje em dia tem muito congresso, tem a Oktoberfest, o Florianópolis, isso faz com que sempre exista procura.”



Vista do *hostel* Backpackers Sunset, uma das 45 opções de albergue na Ilha

Trilhas são opções de passeio entre as praias

Com um quilômetro de extensão, localizada entre dois costões, está uma das mais famosas praias de Florianópolis, a Lagoinha do Leste, acessível apenas a pé ou por barco. Para chegar por caminhada existem duas opções, uma que leva duas horas e meia e começa na Praia da Armação, e outra mais curta, que leva apenas uma hora e é pelo Pântano do Sul. Esta é uma das trilhas prediletas de moradores e turistas que vêm à Ilha de Santa Catarina.

São 31 trilhas catalogadas pela prefeitura. Em fóruns na internet, é possível encontrar a descrição de cada uma e ver dicas sobre a dificuldade de alguns percursos, alertando, por exemplo, que dois terços dos caminhos têm trechos de caminhada semi-pesada e que nem todos são acessíveis.

Encontrar informações sobre as trilhas nem sempre é fácil. Ramon Dutra, estudante de Ciências da Computação, já fez 30 trilhas e lamenta que não dá pra confiar em tudo que encontra antes da aventura. “Os melhores resultados estão na internet ou até mesmo em redes sociais, onde acho as opiniões de



quem já foi. Não dá pra confiar em sites de venda de viagens ou de turismo, eles são muito tendenciosos.”

Entre as dicas de grupos que fazem trilha constantemente estão levar água, saco plástico para guardar o lixo, papel higiênico, protetor solar e repelente. Na véspera comer carboidratos e durante o percurso se alimentar de cereais ou sanduíches. Vestir roupas leves e claras também ajuda.

Couchsurfing e campings atraem visitantes pelo baixo custo

Quem quer gastar ainda menos, ou quase nada, encontra a solução no site de relacionamentos *CouchSurfing*. A ideia é simples, a pessoa se cadastra na rede e oferece estadia para quem quer visitar sua cidade. Há um questionário para delinear o perfil de quem recebe e de quem visita, com informações como se é fumante ou se aceita animais. A jornalista Andressa Dreher é uma das mais de mil pessoas de Florianópolis cadastradas no site e já recebeu três estrangeiros. Ela lembra que ficou sabendo da rede antes de

viajar por um mês pela América do Sul. “Eu queria contatos para a viagem e poder ficar em casa de amigos de amigos, pois tinha pouca grana. Como eu estava viajando para fazer um trabalho da faculdade, me aproximar da cultura local era um dos objetivos. Quando descobri o CS foi um alívio, por saber que poderia economizar nas estadias e ainda viver um pouco o dia a dia local.”

Outra alternativa para quem está disposto a dividir banheiro e cozinha e ainda gosta de passar um tempo em contato com a natu-

reza é acampar. São mais de vinte opções de campings na cidade, a maioria perto de praias e em bairros como Canasvieiras, Armação e Lagoa da Conceição. O preço médio varia entre R\$ 20 e R\$ 30 por dia.

Na Pousada e Camping Lagoa da Conceição, por exemplo, a diária é R\$ 25, incluindo, além da área para acampar, acesso a churrasqueiras, fogões, geladeiras e pontos de rede sem fio de internet.

Jennifer Hartmann

jennifer.m.hartmann@gmail.com

Ferramentas online auxiliam visitantes

Quem precisa descobrir informações de maneira rápida e eficaz sobre a cidade que pretende viajar, encontra informações relevantes nos sites e aplicativos sobre destinos turísticos. Quem não quer gastar muito pode achar opções do que fazer em plataformas como o *TripAdvisor* e o *TripWolf*. O *TripAdvisor* é um site, com uma versão disponível em aplicativo para celular, com informações sobre voos, hotéis, aluguéis para temporada e restaurantes. Quando você seleciona uma cidade, pode encontrar informações turísticas de acordo com o que fazer ao ar livre, a que museus ir, pontos para compras e restaurantes que

podem ser selecionados por ordem de preços, tipo de comida e opções. No site, é possível encontrar estabelecimentos em Florianópolis com pratos a partir de R\$ 10. Há também dicas de quem foi para os lugares, permitindo que cada um faça uma resenha e diga do que gostou ou não. O *TripWolf* é semelhante ao *TripAdvisor* e funciona também como uma rede social, em que se pode ver dicas dos seus amigos. Ele lista as melhores coisas para se fazer na cidade, além dos melhores hotéis e restaurantes. O *TripWolf* também oferece informações sobre festivais, eventos e feriados.

Nas ruas do Centro, moda se faz por menos

Com preços baixos, Mercado Público e lojas populares atendem à classe média emergente

Cerca de 20 mil pessoas circulam por lá todos os dias. Além da gastronomia típica e dos peixes frescos, seus 140 boxes também oferecem uma variedade de bolsas, acessórios, roupas e calçados. A moda que surge nas novelas e estampa as revistas vai direto para o Mercado Público Municipal de Florianópolis. A calça da Suelen, por exemplo, é a mais citada entre os corredores do prédio de 216 anos. A *legging* estampada que a personagem da atriz Isis Valverde usava em "Avenida Brasil" sai por R\$29,90. A mesma calça é vendida por cerca de R\$100 em lojas de grife. A vendedora Simone Pereira, que trabalha em um box de roupas do lado de fora do Mercado, conta que a procura foi tanta que a peça já está esgotada. "Agora só temos as blusas de ombro de fora, e as camisetas do Jorginho".

Assim como Suelen, a protagonista da atual novela das 21h da Rede Globo também começou a lançar tendências. Morena é moradora do complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. Mesmo humilde, ela mostra que é possível andar na moda. As calças, shorts e acessórios que Morena usa já começam a ser procurados pelos boxes do Centro. A comerciante Eliane Damasco, dona de uma loja de calçados no Mercado Público há quase 35 anos, sabe que "o que apareceu na novela hoje, amanhã já está sendo vendido." Damasco acredita que a moda é para todos, sem distinção de classe social, e que em Florianópolis pode até existir luxo, mas o Mercado está lá para atender a população de classe média emergente a D e E.

Trabalhando há 10 anos no comércio popular, Juliana Dias da Silva já aprendeu como o cliente age. Ela diz que as pessoas que frequentam seu box, que comercializa calçados e acessórios, conhecem as tendências e procuram a opção mais barata. Ela ainda destaca o seu diferencial: "somos uma das únicas lojas que aceitam cartão de crédito. Hoje em dia todo mundo tem, mas nossos clientes costumam pagar com cartão mais no fim do mês". Silva reforça que o preço no Mercado Público é mais em conta, mas reconhece que as classes média e baixa têm começado a comprar em lojas de fora com a vantagem que agora podem parcelar.



Ofertas econômicas de peças para o guarda-roupa



Os 140 boxes vendem acessórios, bolsas e roupas



Look da revista Elle: R\$ 1100. Semelhante na loja Sul Center R\$ 120

Novelas influenciam na hora da compra

Na novela "Salve Jorge" a atriz Nanda Costa vive Morena, uma jovem moradora do complexo de favelas do Alemão. Na novela anterior, "Avenida Brasil", Débora Falabela interpretava Nina, uma cozinheira que morou no lixão quando criança. Em "Gabriela", Juliana Paes também era uma cozinheira simples e humilde. A novela "Cheias de Charme" trazia três empregadas domésticas como protagonistas. E o atual folhetim das 18h, "Lado a Lado", tem Camila Pitanga como trabalhadora pobre do início do século XX.

São personagens que têm a ver com a nova realidade brasileira - do crescimento vertiginoso da nova classe C, segundo a jornalista Inêz Goularte Gouvêa, que tem um blog chamado Novela Fashion Week. Ela destaca: "Mesmo quem não tem a realidade de Morena, na favela, também usa esmalte, shortinhos, blusas mais cavadas. O que aparece na novela acaba se disseminando por



Comerciantes apostam em preços baixos e atraem consumidores

tudo: da butique aos centros de compra populares."

Raquel Maria Marinho, gerente comercial da loja de departamentos Sul Center Fashion da rua Deodoro, comprova a fala de Gouvêa. Ela conta que na última estação as butiques próximas vendiam a mesma jaqueta por um preço três vezes maior que a sua loja. Marinho explica que todos os anos as funcionárias passam por um treinamento para conhecer as tendências da estação e acredita que as peças da moda são as que chamam

um público das classes sociais mais altas.

Para a funcionária pública Flavia da Silva a qualidade não é inferior se comparada às marcas mais renomadas e mais caras. Silva prefere "usar uma bolsa daqui do que comprar uma falsificada. Todos sabem que eu não iria gastar R\$ 3 mil numa bolsa." Uma bolsa de grife no Brasil chega a R\$ 9 mil. Um modelo parecido, sem logomarca famosa e de couro sintético, custa R\$ 69,90 na loja de departamento.

Acompanhada de uma amiga, a estudante Mayara Fausto acumulava peças nos braços. Ela conta que vai à loja para comprar roupas do dia-a-dia. Já a estudante Kamyla Fernandes estava à procura de calça jeans e camisa, e diz que procura peças da moda. Quando perguntadas por quem escolheram aquela loja, a resposta foi a mesma: o preço.

Sâmia Fiates
samiapf@gmail.com

Personagens que ditaram tendência na TV

A calça da Suelen, já é unanimidade nas vitrines, na boca das compradoras e também das vendedoras que trabalham no Mercado Público. Mas essa não foi a única vez que a moda das novelas veio às ruas. A jornalista Inêz Goularte Gouvêa observa que, no Brasil, as novelas são disseminadoras de tendências. "O que aparece nas novelas têm muita chance de virar mania. Tudo está na maior vitrine que algum produto poderia ter."

A meia de lurex colorida usada com salto alto marcou o final da década de 1970. Tudo porque aparecia nos pés das personagens do folhetim "Dancin Days". A viúva Porcina, personagem de Regina Duarte em "Roque Santeiro", transformou as faixas e a maquiagem forte em tendência em 1985. Em 1994, a Babalu, vivida por Letícia Spiller em "Quatro Por Quatro", foi quem lançou a moda dos shorts curtos e os tops que deixavam ombros e barriga a mostra.

Já nos anos 2000, o que fez sucesso foram as saias plissadas e a meia com sandália, usadas por Darlene, personagem de Deborah Secco em "Celebridade". Os itens étnicos das novelas "O Clone" e "Caminho das Índias" também viraram febre na época em que foram ao ar. Vale lembrar que a protagonista de "Dancin Days" era uma ex-presidiária e as personagens Babalu e Darlene eram manicures.

Paixão move busca pelo título do amador

Atletas de 35 clubes participaram de partidas da Liga Florianopolitana de Futebol neste ano

Qualquer pessoa um pouco mais atenta ao Campeche nota uma movimentação diferente naquele começo de tarde chuvoso de sábado, 10 de novembro. Muitos carros seguem da avenida Pequeno Príncipe, principal rua do bairro, em direção à capela São Sebastião. Na padaria uma senhora se pergunta em voz alta: “Mas a missa é só no final da tarde, será que tem festa?”. Na verdade tem, mas não na igreja. Quem vai naquela direção ouve um batuque de surdo, caixa e chocalho e vê muitas pessoas no caminho do som, como em um carnaval fora de época. É dia de futebol amador.

A Sociedade Esportiva Recreativa Campinas, time da casa, enfrenta o VT Canto, do Canto da Lagoa, pela partida final da Segunda Divisão da Capital. O campo Bartolomeu Manoel Daniel não tem arquibancada, mas o barranco na lateral é suficiente para dar ao local o *status* de estádio. O conhecido “Estádio do Campinas” hoje está lotado. As 500 pessoas das duas torcidas amontoadas no barranco, somam-se a outras 300 que ficam ou atrás de um dos gols ou no pequeno bar do clube, único local coberto.

O caminho de quem procura um abrigo para não se molhar ou um lugar para molhar a garganta é transformado em labirinto pelos 47 veículos estacionados no pátio, pantanoso por causa da chuva. O grande número de carros encurrala a ambulância que, estacionada próxima do alambrado, parece não poder ajudar muito se necessário. Tão eficiente quanto o atendimento médico é a segurança do local, feita por dois policiais militares que ficam do lado oposto à torcida, próximos a uma pequena cabine onde uma rádio faz a transmissão da partida e dois câmeras captam as imagens.

Após as tradicionais rezas nos vestiários, os times entram no gramado com 15 minutos passados das 16h, horário marcado para o jogo. Fazem um rápido aquecimento e a pedidos do trio de arbitragem logo se posicionam lado a lado no meio de campo para o cerimonial, que é feito apenas nas aberturas e finais dos campeonatos organizados pela Liga Florianopolitana de Futebol, órgão que coordena os torneios amadores. Seu presidente, Manoel de Paula Machado, é quem comanda a cerimônia, que se encerra com orientações de *fair play* (o “jogo justo” é um movimento da FIFA, órgão maior do futebol, que estimula a ética entre os jogadores) logo após a execução do Hino Nacional.

Os visitantes, posicionados à esquerda, vestem preto com detalhes vermelhos nas mangas e o patrocínio em branco no peito. Já o time da casa, à direita, vai para a final de verde e amarelo e se dá ao luxo de não trazer apoio na camisa, afinal, os uniformes dos 35 clubes participantes das sete competições em 2012 foram pagos pela liga. As bolas e a taxa de arbitragem – R\$ 125 ao juiz e R\$ 65 aos auxiliares, por jogo – de todos os jogos dos campeonatos também são por conta da entidade, que consegue recursos junto à Fundação Municipal de Esportes (FME) e pela mensalidade de R\$ 80 que cada um dos clubes ativos paga.

Além dos times que funcionam regularmente, a liga possui outros 18 filiados que, geralmente por motivos financeiros, preferem se retirar das competições até terem condições de voltar a campo e arcar com seus gastos. Para os que se mantêm em atividade, além de participar dos campeonatos, seus presidentes têm direito a voto nas eleições para presidente da liga, realizadas sempre nos anos pares. Machado venceu todas as oito disputas anteriores e concorre ao 9º mandato no final de novembro, mas afirma “faço isso por amor ao esporte, até porque o nosso estatuto não permite que a diretoria receba por esse trabalho.”

O empate em 3x3, na final, deu o título ao Campinas sobre o VT Canto



Mais de 800 pessoas acompanharam a final da 2ª Divisão



Clima de amizade entre as equipes



Jogadores comemoram com a família a conquista do título

BOLA ROLANDO

Finalizado o cerimonial, o juiz dá início à partida. Em campo estão 22 dos três mil atletas do futebol amador em Florianópolis, todos registrados na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) conforme a lei desportiva. Nos bancos de reservas, outros 14 apoiam ao mesmo tempo em que esperam a chamada do treinador: “aquece que você vai entrar”. Para lá do alambrado estão outros tantos que não foram relacionados por escolha técnica ou por contusão. Estes torcem mais contidos em meio aos comentários sobre a partida ou sobre suas recuperações.

Muitas das lesões são causadas por torções e outros lances provenientes das condições ruins dos campos, que passam por vistoria da Liga Florianopolitana e da PM, mas desta vez o gramado irregular do Bartolomeu Manoel Daniel, considerado bom entre os 32 campos da liga, fez apenas a bola de vítima. O nervosismo dos times deixa o jogo feio e no único lance de perigo da primeira etapa, sai o gol do Campinas, que termina a primeira etapa com a vantagem mínima.

No intervalo a chuva aumenta e o movimento no bar cresce. Poucos procuram abrigo, a maioria quer mesmo é aproveitar a oportunidade de comprar sua cerveja sem perder nenhum lance da decisão. Lá dentro mulheres e crianças se juntam aos mais velhos que pouco se importam para o jogo. Preferem falar sobre outros assuntos. A pauta da vez são os três presidentes de clubes amadores eleitos para vereadores em Florianópolis: Roberto Katumi (PSB); Edmilson Carlos Pereira Junior, Ed (PSB); e Edinho Lemos (PSDB).

O primeiro é presidente do Bandeirante Recreativo Futebol Clube, time do Ribeirão da Ilha que foi campeão da Primeira Divisão em setembro. Os outros candidatos são presidentes do Instituto Lagoa Social (da Trindade) e do Náutico Futebol Clube (Santinho), respectivamente. Tradicionalmente o amador tem representação na câmara, mas esta é a primeira vez em que três deles são eleitos.

O segundo tempo começa e a chuva não para. Por volta de 200 pessoas já deixaram o local, mas a maioria ainda está lá. Pulam e cantam, seja para apoiar ou para espantar o frio. A partida ganha em emoção. O Campinas, jogando por um empate abre 3x1, mas o VT Canto iguala o marcador faltando seis minutos para o fim da partida. O time do Canto da Lagoa pressiona, mas não é o suficiente.

O juiz apita o final da partida. O título é do time da casa, que, seguindo a tradição, entrega as medalhas de segundo lugar aos visitantes. Apesar da tristeza, os jogadores do VT Canto seguem o protocolo e fazem o mesmo. O troféu de campeão, dourado e com 70 centímetros de altura, leva o brasão da liga, da FME e os dizeres “futebol não profissional”, o nome oficial da modalidade. Os prêmios de melhor jogador, melhor goleiro e artilheiro do campeonato, ficam expostos na sede da liga – uma pequena sala no Centro Comunitário do Saco dos Limões – com os troféus das outras seis competições, até serem entregues na festa de fim de ano da entidade, em dezembro.

A premiação termina e a torcida é autorizada a entrar em campo para comemorar com seus jogadores. Nesse momento se percebe que enquanto o futebol for do povo, pouco importam as formalidades, os protocolos e os nomes oficiais. O relógio marca 19h30. Perto dali a missa já começou há meia hora, mas hoje a comunidade não quer saber. São Sebastião que os perdõe, mas é dia de futebol amador.

Lucas Inácio
lucasinacio.jor@gmail.com

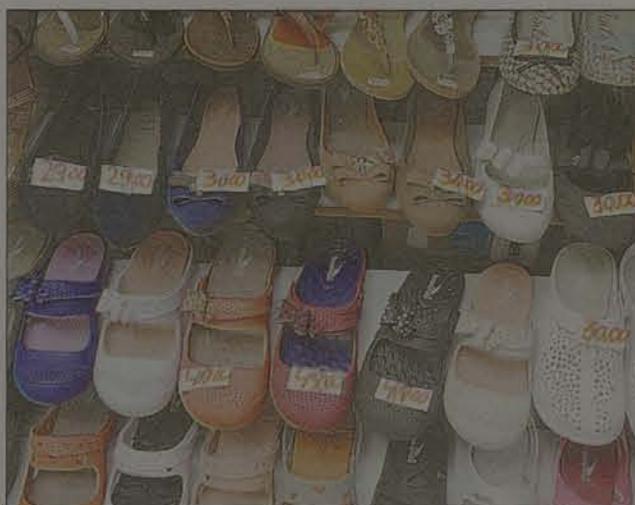
Nas ruas do Centro, moda se faz por menos

Com preços baixos, Mercado Público e lojas populares atendem à classe média emergente

Cerca de 20 mil pessoas circulam por lá todos os dias. Além da gastronomia típica e dos peixes frescos, seus 140 boxes também oferecem uma variedade de bolsas, acessórios, roupas e calçados. A moda que surge nas novelas e estampa as revistas vai direto para o Mercado Público Municipal de Florianópolis. A calça da Suelen, por exemplo, é a mais citada entre os corredores do prédio de 216 anos. A *legging* estampada que a personagem da atriz Isis Valverde usava em "Avenida Brasil" sai por R\$29,90. A mesma calça é vendida por cerca de R\$100 em lojas de grife. A vendedora Simone Pereira, que trabalha em um box de roupas do lado de fora do Mercado, conta que a procura foi tanta que a peça já está esgotada. "Agora só temos as blusas de ombro de fora, e as camisetas do Jorginho".

Assim como Suelen, a protagonista da atual novela das 21h da Rede Globo também começou a lançar tendências. Morena é moradora do complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. Mesmo humilde, ela mostra que é possível andar na moda. As calças, shorts e acessórios que Morena usa já começam a ser procurados pelos boxes do Centro. A comerciante Eliane Damasco, dona de uma loja de calçados no Mercado Público há quase 35 anos, sabe que "o que apareceu na novela hoje, amanhã já está sendo vendido." Damasco acredita que a moda é para todos, sem distinção de classe social, e que em Florianópolis pode até existir luxo, mas o Mercado está lá para atender a população de classe média emergente a D e E.

Trabalhando há 10 anos no comércio popular, Juliana Dias da Silva já aprendeu como o cliente age. Ela diz que as pessoas que frequentam seu box, que comercializa calçados e acessórios, conhecem as tendências e procuram a opção mais barata. Ela ainda destaca o seu diferencial: "somos uma das únicas lojas que aceitam cartão de crédito. Hoje em dia todo mundo tem, mas nossos clientes costumam pagar com cartão mais no fim do mês". Silva reforça que o preço no Mercado Público é mais em conta, mas reconhece que as classes média e baixa têm começado a comprar em lojas de fora com a vantagem que agora podem parcelar.



Ofertas econômicas de peças para o guarda-roupa



Os 140 boxes vendem acessórios, bolsas e roupas



Look da revista Elle: R\$ 1100. Semelhante na loja Sul Center R\$ 120

Eduardo Perondi (SD, MOSTR)

Novelas influenciam na hora da compra

Na novela "Salve Jorge" a atriz Nanda Costa vive Morena, uma jovem moradora do complexo de favelas do Alemão. Na novela anterior, "Avenida Brasil", Débora Falabela interpretava Nina, uma cozinheira que morou no lixão quando criança. Em "Gabriela", Juliana Paes também era uma cozinheira simples e humilde. A novela "Cheias de Charme" trazia três empregadas domésticas como protagonistas. E o atual folhetim das 18h, "Lado a Lado", tem Camila Pitanga como trabalhadora pobre do início do século XX.

São personagens que têm a ver com a nova realidade brasileira - do crescimento vertiginoso da nova classe C, segundo a jornalista Inêz Goularte Gouvêa, que tem um blog chamado Novela Fashion Week. Ela destaca: "Mesmo quem não tem a realidade de Morena, na favela, também usa esmalte, shortinhos, blusas mais cavadas. O que aparece na novela acaba se disseminando por



Comerciantes apostam em preços baixos e atraem consumidores

tudo: da boutique aos centros de compra populares."

Raquel Maria Marinho, gerente comercial da loja de departamentos Sul Center Fashion da rua Deodoro, comprova a fala de Gouvêa. Ela conta que na última estação as boutiques próximas vendiam a mesma jaqueta por um preço três vezes maior que a sua loja. Marinho explica que todos os anos as funcionárias passam por um treinamento para conhecer as tendências da estação e acredita que as peças da moda são as que chamam

um público das classes sociais mais altas.

Para a funcionária pública Flavia da Silva a qualidade não é inferior se comparada às marcas mais renomadas e mais caras. Silva prefere "usar uma bolsa daquilo que comprar uma falsificada. Todos sabem que eu não iria gastar R\$ 3 mil numa bolsa." Uma bolsa de grife no Brasil chega a R\$ 9 mil. Um modelo parecido, sem logomarca famosa e de couro sintético, custa R\$ 69,90 na loja de departamento.

Acompanhada de uma amiga, a estudante Mayara Fausto acumulava peças nos braços. Ela conta que vai à loja para comprar roupas do dia-a-dia. Já a estudante Kamyla Fernandes estava à procura de calça jeans e camisa, e diz que procura peças da moda. Quando perguntadas por que escolheram aquela loja, a resposta foi a mesma: o preço.

Sâmia Fiates
samiapf@gmail.com

Personagens que ditaram tendência na TV

A calça da Suelen, já é unanimidade nas vitrines, na boca das compradoras e também das vendedoras que trabalham no Mercado Público. Mas essa não foi a única vez que a moda das novelas veio às ruas. A jornalista Inêz Goularte Gouvêa observa que, no Brasil, as novelas são disseminadoras de tendências. "O que aparece nas novelas têm muita chance de virar mania. Tudo está na maior vitrine que algum produto poderia ter."

A meia de lurex colorida usada com salto alto marcou o final da década de 1970. Tudo porque aparecia nos pés das personagens do folhetim "Dancin Days". A viúva Porcina, personagem de Regina Duarte em "Roque Santeiro", transformou as faixas e a maquiagem forte em tendência em 1985. Em 1994, a Babalu, vivida por Leticia Spiller em "Quatro Por Quatro", foi quem lançou a moda dos shorts curtos e os tops que deixavam ombros e barriga a mostra.

Já nos anos 2000, o que fez sucesso foram as saias plissadas e a meia com sandália, usadas por Darlene, personagem de Deborah Secco em "Celebridade". Os itens étnicos das novelas "O Clone" e "Caminho das Índias" também viraram febre na época em que foram ao ar. Vale lembrar que a protagonista de "Dancin Days" era uma ex-presidiária e as personagens Babalu e Darlene eram manicures.



Paixão move busca pelo título do amador

Atletas de 35 clubes participaram de partidas da Liga Florianopolitana de Futebol neste ano

Qualquer pessoa um pouco mais atenta ao Campeche nota uma movimentação diferente naquele começo de tarde chuvoso de sábado, 10 de novembro. Muitos carros seguem da avenida Pequeno Príncipe, principal rua do bairro, em direção à capela São Sebastião. Na padaria uma senhora se pergunta em voz alta: “Mas a missa é só no final da tarde, será que tem festa?”.

Na verdade tem, mas não na igreja. Quem vai naquela direção ouve um batuque de surdo, caixa e chocalho e vê muitas pessoas no caminho do som, como em um carnaval fora de época. É dia de futebol amador.

A Sociedade Esportiva Recreativa Campinas, time da casa, enfrenta o VT Canto, do Canto da Lagoa, pela partida final da Segunda Divisão da Capital. O campo Bartolomeu Manoel Daniel não tem arquibancada, mas o barranco na lateral é suficiente para dar ao local o *status* de estádio. O conhecido “Estádio do Campinas” hoje está lotado. As 500 pessoas das duas torcidas amontoadas no barranco, somam-se a outras 300 que ficam ou atrás de um dos gols ou no pequeno bar do clube, único local coberto.

O caminho de quem procura um abrigo para não se molhar ou um lugar para molhar a garganta é transformado em labirinto pelos 47 veículos estacionados no pátio, pantanosos por causa da chuva. O grande número de carros encurrala a ambulância que, estacionada próxima do alambrado, parece não poder ajudar muito se necessário. Tão eficiente quanto o atendimento médico é a segurança do local, feita por dois policiais militares que ficam do lado oposto à torcida, próximos a uma pequena cabine onde uma rádio faz a transmissão da partida e dois câmeras captam as imagens.

Após as tradicionais rezas nos vestiários, os times entram no gramado com 15 minutos passados das 16h, horário marcado para o jogo. Fazem um rápido aquecimento e a pedidos do trio de arbitragem logo se posicionam lado a lado no meio de campo para o cerimonial, que é feito apenas nas aberturas e finais dos campeonatos organizados pela Liga Florianopolitana de Futebol, órgão que coordena os torneios amadores. Seu presidente, Manoel de Paula Machado, é quem comanda a cerimônia, que se encerra com orientações de *fair play* (o “jogo justo” é um movimento da FIFA, órgão maior do futebol, que estimula a ética entre os jogadores) logo após a execução do Hino Nacional.

Os visitantes, posicionados à esquerda, vestem preto com detalhes vermelhos nas mangas e o patrocínio em branco no peito. Já o time da casa, à direita, vai para a final de verde e amarelo e se dá ao luxo de não trazer apoio na camisa, afinal, os uniformes dos 35 clubes participantes das sete competições em 2012 foram pagos pela liga. As bolas e a taxa de arbitragem – R\$ 125 ao juiz e R\$ 65 aos auxiliares, por jogo – de todos os jogos dos campeonatos também são por conta da entidade, que consegue recursos junto à Fundação Municipal de Esportes (FME) e pela mensalidade de R\$ 80 que cada um dos clubes ativos paga.

Além dos times que funcionam regularmente, a liga possui outros 18 filiados que, geralmente por motivos financeiros, preferem se retirar das competições até terem condições de voltar a campo e arcar com seus gastos. Para os que se mantêm em atividade, além de participar dos campeonatos, seus presidentes têm direito a voto nas eleições para presidente da liga, realizadas sempre nos anos pares. Machado venceu todas as oito disputas anteriores e concorre ao 9º mandato no final de novembro, mas afirma “faço isso por amor ao esporte, até porque o nosso estatuto não permite que a diretoria receba por esse trabalho.”

O empate em 3x3, na final, deu o título ao Campinas sobre o VT Canto

BOLA ROLANDO

Finalizado o cerimonial, o juiz dá início à partida. Em campo estão 22 dos três mil atletas do futebol amador em Florianópolis, todos registrados na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) conforme a lei desportiva. Nos bancos de reservas, outros 14 apoiam ao mesmo tempo em que esperam a chamada do treinador: “aquece que você vai entrar”. Para lá do alambrado estão outros tantos que não foram relacionados por escolha técnica ou por contusão. Estes torcem mais contidos em meio aos comentários sobre a partida ou sobre suas recuperações.

Muitas das lesões são causadas por torções e outros lances provenientes das condições ruins dos campos, que passam por vistoria da Liga Florianopolitana e da PM, mas desta vez o gramado irregular do Bartolomeu Manoel Daniel, considerado bom entre os 32 campos da liga, fez apenas a bola de vítima. O nervosismo dos times deixa o jogo feio e no único lance de perigo da primeira etapa, sai o gol do Campinas, que termina a primeira etapa com a vantagem mínima.

No intervalo a chuva aumenta e o movimento no bar cresce. Poucos procuram abrigo, a maioria quer mesmo é aproveitar a oportunidade de comprar sua cerveja sem perder nenhum lance da decisão. Lá dentro mulheres e crianças se juntam aos mais velhos que pouco se importam para o jogo. Preferem falar sobre outros assuntos. A pauta da vez são os três presidentes de clubes amadores eleitos para vereadores em Florianópolis: Roberto Katumi (PSB); Edmilson Carlos Pereira Junior, Ed (PSB); e Edinho Lemos (PSDB).

O primeiro é presidente do Bandeirante Recreativo Futebol Clube, time do Ribeirão da Ilha que foi campeão da Primeira Divisão em setembro. Os outros candidatos são presidentes do Instituto Lagoa Social (da Trindade) e do Náutico Futebol Clube (Santinho), respectivamente. Tradicionalmente o amador tem representação na câmara, mas esta é a primeira vez em que três deles são eleitos.

O segundo tempo começa e a chuva não para. Por volta de 200 pessoas já deixaram o local, mas a maioria ainda está lá. Pulam e cantam, seja para apoiar ou para espantar o frio. A partida ganha em emoção. O Campinas, jogando por um empate abre 3x1, mas o VT Canto iguala o marcador faltando seis minutos para o fim da partida. O time do Canto da Lagoa pressiona, mas não é o suficiente.

O juiz apita o final da partida. O título é do time da casa, que, seguindo a tradição, entrega as medalhas de segundo lugar aos visitantes. Apesar da tristeza, os jogadores do VT Canto seguem o protocolo e fazem o mesmo. O troféu de campeão, dourado e com 70 centímetros de altura, leva o brasão da liga, da FME e os dizeres “futebol não profissional”, o nome oficial da modalidade. Os prêmios de melhor jogador, melhor goleiro e artilheiro do campeonato, ficam expostos na sede da liga – uma pequena sala no Centro Comunitário do Saco dos Limões – com os troféus das outras seis competições, até serem entregues na festa de fim de ano da entidade, em dezembro.

A premiação termina e a torcida é autorizada a entrar em campo para comemorar com seus jogadores. Nesse momento se percebe que enquanto o futebol for do povo, pouco importam as formalidades, os protocolos e os nomes oficiais. O relógio marca 19h30. Perto dali a missa já começou há meia hora, mas hoje a comunidade não quer saber. São Sebastião que os perdoe, mas é dia de futebol amador.



Mais de 800 pessoas acompanharam a final da 2ª Divisão



Clima de amizade entre as equipes



Jogadores comemoram com a família a conquista do título

Foto: Lucas Inácio

Lucas Inácio

lucasinacio.jor@gmail.com

Metamorfose de muros com tintas e ideias

Grafitadores transformam o cenário urbano com sua arte

Depois da manhã chuvosa na parte continental de Florianópolis, os moradores da região próxima à beira-mar de São José puderam desfrutar de uma inesperada abertura do sol, após as 14h30, num sábado (10) de novembro. Quem passava pela beira-mar de São José, próximo à pista de skate, deparava-se com três homens cobrindo, com tinta preta, uma série de desenhos coloridos grafitados em um muro paralelo à avenida. Assistindo à cena, alguns julgariam se tratar de uma equipe contratada para limpar os desenhos e devolver o aspecto sóbrio ao muro, que, em menos de duas horas, já estava completamente preto.

Quem pintava o muro eram os grafitadores de Florianópolis Rodrigo "Rizo", João "Vejam" e Thiago "Valdi", que, nesse dia, preparavam o espaço para uma atualização visual. "Os grafites que estavam aqui eram nossos. Aplicamos o fundo preto pois voltaremos para pintar novos desenhos" - explica Vejam. Uma das regras de conduta entre os grafitadores é que, ao pintar um muro, o local torna-se vitalício de quem fez a arte. Ele tem a liberdade de ceder o espaço para outro artista ou ele mesmo ir atualizando - como no caso do muro em

São José.

No início da tarde de domingo (11), os amigos voltaram ao local acompanhados de centenas de latinhas de spray e, ao som do rap e hip hop, deram início ao metódico trabalho de criar um novo painel. Cada artista ficou responsável por ilustrar uma parte do muro, que tem aproximadamente 20m de comprimento - cerca de 5 carros modelo Gol enfileirados - por 3,2m de altura. O grafite naquele muro não tinha autorização expressa, tampouco proibição. Durante o período em que os repórteres acompanharam a grafiteagem, duas viaturas da Polícia Militar passaram no local sem abordar os grafitadores. "Para a PM, só configura crime se alguém denuncia" - esclarece Valdi.

Na divisão do painel, João Vejam ficou com o primeiro grafite da esquerda para a direita. Rizo e Valdi ficaram com o centro do muro e optaram por realizar o ousado experimento de grafitar juntos uma mesma imagem. À extrema direita estava o espaço de Mickey Ligisd, grafitador e tatuador sueco que, através da internet, entrou em contato com os artistas locais e resolveu vir a Florianópolis para conhecer as belezas naturais e interagir com os espaços urbanos. Nesse dia, o europeu pintava sua primeira parede no Brasil.

Ao pintar uma parede, o local torna-se vitalício do grafitador que fez a obra

Quando *hobby* se torna profissão

Grafite é qualquer intervenção visual urbana feita por algum indivíduo em um meio físico e aberto ao público. O material mais utilizado e carro-chefe do grafite é o spray aerossol. Contudo, a mancha gráfica também pode ser feita através do uso de outros tipos de tintas e colagens no muro.

Vejam tem 24 anos e grafita há 12 em Florianópolis. Como a maioria dos grafitadores, ele começou pichando muros, assinando o próprio nome e "conquistando" territórios pela cidade. Hoje, depois de se profissionalizar, Vejam faz trabalhos de decoração de interiores, grafita sob demanda em eventos e trabalha, junto com Rizo, como representante nacional exclusivo da marca de spray para grafite Ironlak. Mesmo com outros compromissos, Vejam nunca deixa de pintar na rua, de graça. "O

grafite é a minha vida e tudo o que eu pinto é o que eu vivo. É um prazer inexplicável poder estar aqui, junto com os amigos, pintando e ouvindo um som."

Rizo, natural de São Paulo mas manezinho da ilha por criação, já é pai aos 25 anos. Grafitando desde os 15, também consegue viver da própria arte. São de sua autoria os famosos camaleões multicolores presentes em diversos murais pela cidade. Ele conta que começou a pintá-los há menos de dois anos, mas o desenho já é marca da sua identidade como grafitador. A fama de seus camaleões foi longe e atualmente ele atende a diversos pedidos de pessoas que querem o desenho nas paredes da própria casa. "Também trabalho muito com arquitetos e designers de interiores. É uma parceria interessante, pois há a possibilidade de adequar

o desenho e a cromática de acordo com a proposta de cada ambiente." - conta o artista que cobra, em média, R\$ 250 por metro quadrado pintado.

Valdi é um grafitador que pratica a arte por hobby. Com 25 anos, formado em Design Gráfico pela UNISUL e sócio do Caravela Estúdio, Valdi conta que desenha desde pequeno, mas grafita há apenas 6 anos. "Conheci o Rizo em uma das oficinas que ele ministrou. Pedi para sair para a rua com eles e acompanhar os grafites. A partir daí, nunca mais parei." Questionado se gostaria de viver só dessa atividade, ele diz preferir ter o grafite apenas como hobby, um momento de puro lazer, e não como uma fonte de renda.

Leonardo Lima
leosilvalima@gmail.com